

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

RUBENS MARCELO DE CAMPOS PINTO

**Uma hipótese para o capitalismo contemporâneo: análise a partir da
Geografia Urbana Lefebvriana da USP**

São Paulo

2018

RUBENS MARCELO DE CAMPOS PINTO

**Uma hipótese para o capitalismo contemporâneo: análise a partir da
Geografia Urbana Lefebvriana da USP**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Cesar Ricardo Simoni Santos

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P659h Pinto, Rubens Marcelo de Campos
Uma hipótese para o capitalismo contemporâneo:
análise a partir da Geografia Urbana Lefebvriana da
USP / Rubens Marcelo de Campos Pinto ; orientador
Cesar Ricardo Simoni Santos. - São Paulo, 2018.
108 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Capitalismo. 2. Geografia Urbana. I. Santos,
Cesar Ricardo Simoni, orient. II. Título.

Nome: Pinto, Rubens Marcelo de Campos

Título: Uma hipótese para o capitalismo contemporâneo: análise a partir da Geografia Urbana Lefebvriana da USP

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição

Julgamento

Prof. Dr.

Instituição

Julgamento

Prof. Dr.

Instituição

Julgamento

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
PARTE I – A CORRENTE MARXISTA-LEFEBVRIANA DE GEOGRAFIA URBANA DA USP E UMA HIPÓTESE PARA O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	17
Capítulo 1 – A Corrente Marxista-Lefebvriana da USP: uma corrente dentro da Geografia Crítica	18
1.1 Trajetória da corrente	20
1.2 Algumas influências gerais da corrente	24
1.3 Em resumo	28
Capítulo 2 – Identificando uma hipótese	29
2.1 O urbano e o capitalismo contemporâneo	29
2.2 Crise de acumulação	34
2.3 Um destaque para o setor imobiliário	35
2.4 Rupturas na vida cotidiana	38
2.5 A metrópole paulista	38
2.6 O papel do Estado	42
2.7 Em resumo	44
Síntese da Parte I	45
PARTE II – ELEMENTOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO: O PENSAMENTO MARXISTA INTERNACIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO APÓS A DÉCADA DE 1970	46
Capítulo 3 – Primeiro elemento: Henri Lefebvre e o pensamento marxista internacional	47

3.1 Henri Lefebvre e o marxismo de seu tempo	47
3.2 As elaborações de Lefebvre sobre a cidade e o urbano	55
3.3 Em resumo	63
Capítulo 4 – Segundo elemento: a mundialização do capital	64
4.1 Os precedentes	64
4.2 Fases de desenvolvimento	68
4.3 Os elementos centrais	69
4.4 Consequências gerais das transformações	71
4.5 Em resumo	79
Capítulo 5 – Terceiro elemento: referências teóricas sobre o capital financeiro	80
5.1 O capital portador de juros	81
5.2 O capital fictício	83
5.3 Fetichismo	84
5.4 Em resumo	86
Síntese da parte II	87
PARTE III- CONCLUSÕES	88
Capítulo 6 – Um novo olhar sobre a hipótese	89
6.1 A base lefebvriana	89
6.2 Atualizações da hipótese da <i>cidade como negócio</i> : a financeirização e mercado imobiliário	89
6.3 Complementos à hipótese da <i>cidade como negócio</i>	91
6.4 Um novo olhar sobre a <i>cidade como negócio</i> e o ponto crítico	97
REFERÊNCIAS	100

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial deve ser feito à minha mãe Sandra. Trabalhando em dois, às vezes três, empregos sofreu para criar seus muitos filhos morando de aluguel pulando de casa em casa na zona leste de São Paulo. Sua dedicação incansável nunca será recompensada pela vida.

Aos meus familiares, principalmente meu pai Rubens, minhas irmãs Mara, Márcia, Ana Paula e Bárbara e aos meus irmãos Paulinho e Pedrinho.

Aos meus grandes amigos Márcio, Aline Klein, Juliana e Pedro que me acompanharam nos momentos mais difíceis da vida.

À Elisa, uma das responsáveis pelo meu retorno à universidade após anos pesados.

À Celina que foi uma grande companheira na turbulenta passagem da fábrica à universidade.

Aos amigos Linus e Antônio com quem compartilhei distintos momentos dessa travessia.

Aos amigos e amigas dos tempos de escola pública na zona leste de São Paulo.

À Giselle Bertaggia que me incentivou na entrada na Universidade.

Aos amigos dos tempos de graduação no curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Aos colegas de CRUSP.

Aos muitos companheiros e companheiras do movimento estudantil onde aprendi muitas coisas entre greves, passeatas, piquetes, assembleias e ocupações.

Aos colegas dos mais diversos cursos de Geografia do Brasil com os quais compartilhei grandes embates em encontros e entidades como EREGEO, COREGEO, ENG, ENEG, CONEEG, AGB...

Aos companheiros e companheiras da fábrica da Natura com os quais aprendi mais sobre a luta de classes nos cinco anos de trabalho árduo do que tudo o que a esquerda organizada e os livros me ensinaram.

Aos colegas do Grupo de Estudo sobre o capitalismo contemporâneo Chantal, Martha, Josué e Eli.

Aos colegas do grupo de estudos do LABUR.

Aos parceiros de militância Tino e João Gabriel que muito me ensinam sobre as lutas políticas em tempos de desesperança.

À Letícia Pinho e João Antônio companhias mais do que especiais em muitos momentos da construção deste trabalho.

Aos professores e professoras colegas de trabalho com quem compartilho essa necessária e ingrata profissão.

Aos professores da banca de qualificação Manoel Fernandes e Ana Fani que deram valiosas contribuições para o trabalho. Aos professores de disciplinas da pós-graduação Jorge Grespan e Leda Paulani. Ao professor Lincoln Secco pelo respeito e atenção incomuns na Universidade.

Ao professor Cesar pela paciência e preciosa ajuda.

Certamente, cada um aqui citado teve uma especial contribuição para que este trabalho pudesse ser realizado, ainda que os resultados, especialmente aqueles inconclusos, imprecisos e equivocados sejam de minha responsabilidade.

Ser estudante de pós-graduação no Brasil não é um projeto para trabalhadores assalariados, sobretudo aqueles provenientes de setores pouco qualificados. Entretanto, apesar dos muitos obstáculos, com a ajuda de muitos, este trabalho pôde ser entregue.

RESUMO

PINTO, Rubens Marcelo de Campos. **Uma hipótese para o capitalismo contemporâneo: análise a partir da Geografia Urbana Lefebvrina da USP.** 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

As novas demandas colocadas pelo capitalismo mundial após a crise imobiliária americana de 2008 colocam novamente em contato direto a questão urbana e as crises. Um problema se coloca diante dos fatos: identificar o papel do urbano no mundo contemporâneo. Para percorrer esse caminho serviu de apoio a discussão feita pelos pesquisadores do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical) ligado ao LABUR (Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo). Aqui encontramos uma hipótese, *a cidade como negócio*, que de certa forma atualiza as discussões de Henri Lefebvre acerca da passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana. Para problematizar essa hipótese recorreremos às formulações de Lefebvre entre os anos 1960 e 1970, estudos recentes do economista francês François Chesnais, acerca da mundialização do capital, e de David Harvey, que procura de certo modo transitar entre a Geografia e a Economia Política, além de uma passagem sobre o capital financeiro em Marx. O método utilizado foi o regressivo-progressivo desenvolvido por Henri Lefebvre e que procura propor uma forma dialética de relacionar análise e síntese através de um movimento histórico. Os estudos nos permitiram identificar alguns elementos de ajustes na transição da hipótese lefebvrina à hipótese da cidade como negócio. Especialmente o fato de a mundialização do capital ter se completado somente no fim do século XX coloca questões novas acerca da sociedade urbana e da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização.

Palavras-chave: Urbano – Sociedade urbana – Capitalismo contemporâneo – Capital financeiro – Mundialização

ABSTRACT

PINTO, Rubens Marcelo de Campos. **A hypothesis for contemporary capitalism: an analysis from the Lefebvrian Urban Geography of USP**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The new demands placed by world capitalism after the 2008 US housing crisis put the urban issue and crises in direct contact. A problem arises in the face of the facts: to identify the role of the urban in the contemporary world. In order to follow this path, it supported the discussion by the researchers of the GESP (Radical Critical Urban Geography Group) linked to LABUR (Laboratory of Urban Geography of the University of São Paulo). Here we find a hypothesis, the city as business, which in a way updates the discussions of Henri Lefebvre about the transition from industrial society to urban society. In order to problematize this hypothesis, we have used Lefebvre's formulations between the 1960s and 1970s and recent studies by the French economist François Chesnais on the globalization of capital, and by David Harvey, who seeks to somehow move between Geography and Political Economy of a passage about financial capital in Marx. The method used was the regressive-progressive one developed by Henri Lefebvre and that tries to propose a dialectical form to relate analysis and synthesis through a historical movement. The studies allowed us to identify some elements of adjustments in the transition from the Lefebvrian hypothesis to the hypothesis of the city as business. Especially the fact that the globalization of capital was completed only at the end of the twentieth century poses new questions about urban society and the relationship between the development of capitalism and the process of urbanization.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é parte de um processo que se inicia no Trabalho de Graduação Individual, sobre o tema da Reestruturação produtiva, como conclusão do curso de graduação em Geografia no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Após a conclusão da graduação, esta inquietação teórica foi complementada por cinco anos de experiência no chão de fábrica de uma grande indústria na Região Metropolitana de São Paulo. Ali, mais claramente, se colocaram questões sobre a relação entre a produção industrial e os grandes centros urbanos em tempos de mundialização financeira, sobretudo no que diz respeito às resistências possíveis.

O início da construção de um projeto de pesquisa para o mestrado buscava compreender, em meio às transformações do capitalismo contemporâneo, o papel da indústria e sua relação com os centros urbanos. A obra de Henri Lefebvre representou uma referência nessa busca. Aos poucos, conceitos como o de reprodução das relações de produção iam fazendo sentido na pesquisa. Especialmente a discussão que fazia Lefebvre sobre a passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana se mostrava fundamental. Faltava encontrar um caminho atual dentro da Geografia para cumprir essa trajetória.

É neste sentido que a hipótese desenvolvida por alguns pesquisadores do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical) ligado ao LABUR (Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo) se configurou como uma trajetória pertinente dentro desse percurso. Esse grupo faz parte de uma Corrente Marxista-Lefebvrina de Geografia que se desenvolveu no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, que carrega relações com a obra do filósofo francês Henri Lefebvre e com a Geografia Crítica brasileira e internacional. Outras influências como David Harvey, Neil Smith e Edward Soja fazem parte dos debates dessa corrente.

Durante a pós-graduação, disciplinas como A cidade e o urbano na obra de Henri Lefebvre, ministrada pela professora Anfa Fani Alessandri Carlos e O capitalismo financeiro, ministrada pela professora Leda Paulani foram dando

corpo às perguntas iniciais. A bibliografia dessas disciplinas foi a base desta pesquisa.

Neste sentido, foi perfeitamente possível colocar em as hipóteses do GESP com outros estudiosos do capitalismo contemporâneo como François Chesnais, Claude Serfati, Catherine Sauviat e Gerard Dumenil, que tem investigado o processo de mundialização financeira.

O rico conjunto de formulações de Lefebvre entre as décadas de 1960 e 1970 se mostra atual nos conflitos urbanos contemporâneos. Problematizações como o Direito à cidade e a Revolução urbana, décadas depois de sua elaboração parecem ser apropriadas pelos movimentos sociais e até mesmo pelo Estado e pelas empresas (neste caso, claramente com um sentido oposto à sua proposta).

É neste contexto que foi possível encontrar dentro da Geografia brasileira uma trajetória de pesquisadoras e pesquisadores que esteve em sintonia com esta problemática nas últimas décadas. A partir das formulações teóricas de Marx e Lefebvre este grupo de pesquisadores vem estudando o urbano desde fins dos anos 1970.

É, portanto, por meio da corrente marxista-lefebvriana de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo que será problematizado o urbano no capitalismo contemporâneo. Veremos que nesta trajetória se condensa a História do Marxismo, a História do Pensamento Geográfico, o capitalismo mundial e o urbano. É possível, portanto, decompor essa trajetória com um ponto de vista que expande o problema (analisando o capitalismo mundial, a história do marxismo e o urbano como fenômeno também mundial) e que, ao mesmo tempo, considera as questões locais da Geografia brasileira e da Metrópole de São Paulo.

Em geral, os estudos de História do Pensamento Geográfico dão uma visibilidade muito grande à Geografia como disciplina, entretanto, aqui a busca é por considerar outro conjunto de influências, externas, do pensamento marxista internacional, e que atinge a Geografia brasileira e mundial. Não se trata de uma visão conflituosa, mas complementar aos estudos feitos em relação à Geografia Crítica.

Este olhar permitiu concluir que a hipótese estudada se encontra em consonância com importantes tendências do pensamento crítico

contemporâneo, ao mesmo tempo que sugere alguns aprofundamentos, como no caso da questão da renda ou da relação entre urbanização e financeirização.

No que diz respeito ao método, de um modo geral, procurou-se aqui seguir algumas diretrizes gerais da dialética, como dirigir-se ao próprio objeto de pesquisa sem digressões, fazendo uma análise objetiva; apreender a totalidade como unidade contraditória; e analisar o conflito, o movimento e as tendências (Lefebvre, 1991).

Para a realização da pesquisa empregou-se o método regressivo-progressivo desenvolvido por Henri Lefebvre. Este método apresenta uma relação entre análise e síntese – vistas de uma forma dialética – que considera as dimensões temporal e espacial do movimento da realidade e parece, ainda, responder prontamente à necessidade metodológica não apenas da Geografia, mas das ciências humanas em geral.

Vale ressaltar que as ciências parcelares têm seus limites e aqui a escolha não foi a de buscar o caminho unicamente “por dentro da Geografia” já que o objetivo é compreender o urbano no capitalismo contemporâneo. Inclusive a conexão com outras áreas do conhecimento é um fator importante de análise da corrente estudada e sua hipótese para o mundo contemporâneo.

O método regressivo-progressivo, por exemplo, foi desenvolvido por Lefebvre, em seus estudos de Sociologia rural, para compreender as desigualdades do espaço rural francês. À primeira vista pode parecer completamente descabido aplicar tal método para compreender o urbano no capitalismo contemporâneo. Entretanto, observando mais de perto os dois textos nos quais Lefebvre desenvolve melhor o tema (*Problemas de Sociologia Rural* de 1949 e *Perspectivas de la Sociologia Rural* de 1953) é possível notar que se trata de um método muito mais amplo.

Lefebvre fala em compreender o mundo que mais se parece com “un amontonamiento accidental de hombres, animales y cosas” (Lefebvre, 1949, p.19) através de um método de seja capaz de permitir desvendar “una organización compleja” (Lefebvre, 1949, p.19). Ou ainda em descobrir os “desequilibrios más o menos durables, debidos a causas más o menos profundas [já que] el pasado, para quien no analiza, se pierde con frecuencia, se establece, en un presente inmediato y dado en apariencia, o en un solo bloque anacrónico y en desuso” (Lefebvre, 1949, p.20).

O objeto próprio da Sociologia rural, a “análisis de las tradiciones locales o nacionales aún vigentes” (Lefebvre, 1949, p.25), estimulou a necessidade de encontrar um método que permitisse apreender tal dificuldade. Destes estudos, Lefebvre conclui que “la ley del desarrollo desigual de formas análogas, y de la interacción de estas formas (que coexisten en diferentes etapas de su vida) parece ser una de las grandes leyes de la historia” (Lefebvre, 1949, p.36). Segundo o autor, “este breve estudio ha establecido, o al menos sugerido, la posibilidad de una teoría explicativa de esta formación original, reconstituyendo y eslabonando sus momentos sucesivos, sin separarlos de la historia general y de la vida social” (Lefebvre, 1949, p.37-38).

Em *Perspectivas de la sociología rural*, Lefebvre (1953) fala de uma dupla complexidade: a complexidade horizontal, que diz respeito às diferenças entre formações e estruturas em uma mesma época histórica, como entre o capitalismo agrário norte-americano e os sovkhozes e kolkhozes soviéticos; e a complexidade vertical, que corresponde à justaposição em um mesmo espaço de formações de idades e épocas distintas, como o arcaico e o ultra moderno. As duas complexidades “se entrecruzan, se entrecortan, actúan una sobre a otra” (Lefebvre, 1953, p.64). Surge daí “una maraña de hechos que sólo una buena *metodología* puede esclarecer” (Lefebvre, 1953, p.64). Segundo Martins, “essa dupla complexidade desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes” (1996, p.21).

Para compreender esse emaranhado de fenômenos complexos, desiguais e historicamente construídos, Lefebvre propõe três momentos.

O primeiro se chama descritivo. Nele, deve ocorrer a “observación, pero informada por la experiencia y una teoría general. En primer plano: la observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionarios, estadísticas)” (1978, p.71). Segundo Martins (2011, p.05) este momento da pesquisa é o da “descrição teoricamente informada pela diversidade das disciplinas especiais e pela observação participante no trabalho de campo, o mapeamento do presente aparentemente atemporal”. Para Martins (1996), “a complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e

descrevendo o que vê” (1996, p.21). Neste momento descritivo “o tempo de cada relação social ainda não está identificado” (Martins, 1996, p.21).

O segundo momento, analítico-regressivo, se caracteriza pela “análisis de la realidade escrita. Intento de fecharla exatamente (para no contentarse com uma relación de ‘arcaísmos’ sem fecha, sin comparación unos com otros)” (Lefebvre, 1978, p.71). Este seria, para Martins (2011, p.06) o momento “da análise e datação histórica da realidade descrita”. Por meio desse segundo momento

[...] mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para data-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas (Martins, 1996, p.21).

No terceiro momento, histórico-genético, ocorre o “estúdio de las modificaciones aportadas a la estructura em cuestión, una vez fechada, por el desarrollo ulterior (interno o externo) y por su subordinación a estructuras de conjunto. Intento de una clasificación genética de las formaciones y estructuras, en el marco del proceso de conjunto. Intento, por tanto, de regresar a lo actual precedentemente descrito, para reencontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: explicado” (1978, p.71). Para Martins (2011, p.06), este é o momento:

[...] das modificações das estruturas datadas e da sua subordinação ao todo, classificação genética das formações e estruturas, definição de seu tempo social e histórico, e retorno ao atual, compreendido e explicado. Isto é, como totalidade concreta, suas contradições identificadas em sua pluralidade social, histórica, cultural. O método regressivo-progressivo abomina o economicismo, o determinismo e o reducionismo, em particular ao econômico e o das instâncias e sobredeterminações, o conceitualismo classificatório e abstrato. Ao contrário, busca a diversidade histórica e antropológica do

real, de preferência na sua maior amplitude (Martins, 2011, p.06). A volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário, na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. Na descoberta da gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas. Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real realizado (Martins, 1996, p.22).

Seria possível produzir uma experiência com esta perspectiva metodológica para apreender uma explicação do capitalismo contemporâneo tendo o urbano como central na Geografia Urbana Lefebvriana da Universidade de São Paulo?

Na perspectiva aqui construída o real e o pensamento fazem parte de uma totalidade. Para Lefebvre, “o pensamento avança reunindo aquilo que separou; mas deve estar claro que essa separação, por sua vez, tem um fundamento nas diferenças e nos múltiplos aspectos do real” (1969, p.180). Ainda segundo o autor,

[...] a ciência penetra no conteúdo – no universo, na natureza – através das contradições que, *num certo sentido* (apenas *num sentido*), resultam de seu trabalho de análise. Tendo de penetrar nos fatos, o pensamento começa assumindo pontos de vista *unilaterais*, que aprofunda e supera. Na condição de não parar, de não estancar teimosamente numa das propriedades descobertas, ele reencontra o conteúdo, o movimento, a unidade (concreta, completa) dos pontos de vista unilaterais assumidos pelo entendimento. O pensamento supera e nega o que há de negativo, de destrutivo, na análise; e o faz, precisamente, ao liberar o elemento positivo obtido e determinado pela análise, ao colocá-lo em seu devido lugar, em sua verdade relativa (Lefebvre, 1969, p.181).

O exercício aqui vai neste sentido, procurar descrever de início a hipótese para explicar o capitalismo contemporâneo que esta corrente teórica produziu. Voltar ao passado e identificar seus momentos fundamentais. Essa identificação deve se dar juntamente com uma decomposição do objeto de estudo, ou seja, essa perspectiva é um produto de transformações no capitalismo, especialmente após década de 1970, de uma explosão do fenômeno urbano, de crises e rupturas no pensamento marxista internacional, de rupturas e crises também dentro da Geografia mundial e brasileira. É a partir daí que retornamos a uma discussão acerca do capitalismo contemporâneo e de perspectivas diante da crise atual.

O trabalho se encontra dividido em três partes. A *Parte I – A Corrente Marxista-Lefebvrina de Geografia Urbana da USP e uma hipótese para o Capitalismo Contemporâneo*, se concentra na Corrente Marxista-Lefebvrina de Geografia Urbana da USP, suas influências e história. A hipótese da *cidade como negócio* como forma de explicar o mundo contemporâneo é o elemento central desta primeira parte. Essa primeira parte se divide em dois capítulos, um mais centrado na corrente e sua trajetória, (*Capítulo 1 – A Corrente Marxista-Lefebvrina da USP: uma corrente dentro da Geografia Crítica*), e outro com destaque para a hipótese, (*Capítulo 2 – Identificando uma hipótese*).

Na *Parte II – Elementos para uma problematização: o pensamento marxista internacional e as transformações no capitalismo após a década de 1970*, alguns elementos são desenvolvidos como forma de aprofundar a discussão da hipótese a partir de elementos históricos e teóricos: a hipótese lefebvrina (*Capítulo 3 – Primeiro elemento: Henri Lefebvre e o pensamento marxista internacional*), o desenvolvimento histórico do capitalismo, (*Capítulo 4 – Segundo elemento: a mundialização do capital*) e as elaborações de Marx sobre o capital financeiro (*Capítulo 5 – Terceiro elemento: referências teóricas sobre o capital financeiro*).

A *Parte III – Conclusões* procura apresentar os resultados gerais da problematização e apontar para as conclusões do trabalho, ainda que elas se expressem em mais perguntas do que respostas (*Capítulo 6 – Um novo olhar sobre a hipótese*).

PARTE I

A CORRENTE MARXISTA-LEFEBVRIANA DE GEOGRAFIA URBANA DA USP E UMA HIPÓTESE PARA O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nesta Parte I nos debruçaremos brevemente sobre a formação e a trajetória de uma corrente de pensamento que surge como parte da Geografia Crítica. Esta corrente apresenta um caminho bastante peculiar que tem na obra do filósofo francês Henri Lefebvre uma referência central.

Neste primeiro momento, portanto, nos concentraremos na corrente e nas explicações que formula para compreender a realidade. O objetivo aqui é delimitar uma hipótese para em seguida dialogar com ela.

CAPÍTULO 1 – A CORRENTE MARXISTA LEFEBVRIANA DA USP: UMA CORRENTE DENTRO DA GEOGRAFIA CRÍTICA

Existe na História do Pensamento Geográfico mundial e também brasileiro uma série de estudos consolidados acerca do surgimento da Geografia Crítica e da ruptura com a Geografia Tradicional. Ainda que não apontem para uma mesma interpretação do fenômeno pode-se dizer que é um tema bastante debatido e explorado na disciplina.

Dentro dessa história, interessa-nos especialmente a hipótese formulada por um grupo dentro dessa corrente que se insere no movimento de renovação. Sendo assim, alguns elementos dessa história serão imprescindíveis e levantados na medida em que forem necessários para a compreensão da elaboração da hipótese estudada.

Segundo Ruy Moreira (1986, p.1), “a crise dos fundamentos do saber geográfico (tradicionais, novos e novíssimos) e o movimento (raramente sério) de sua reformulação coincidem justamente com o mais novo momento histórico de ‘revisão’ do marxismo”. O termo revisão é utilizado entre aspas por Ruy Moreira provavelmente devido ao conteúdo traumático que este termo representa para os marxistas. Há dois problemas com o termo: por um lado, aqueles que buscavam abandonar o marxismo, de modo geral, o utilizaram como argumento para a ruptura, o que ficou em geral conhecido como revisionismo; por outro lado, os ortodoxos não aceitaram qualquer tipo de atualização ou revisão, ainda que elas que não buscassem abandonar o marxismo e sim, fortalecê-lo, aperfeiçoá-lo. Uma análise crítica “séria” do marxismo nos anos 1970 estaria necessariamente espremida entre estas duas acepções do termo “revisão”.

O desenvolvimento deste capítulo de certa forma dialoga com a pergunta feita por Ruy Moreira nos anos 1980: “Que ou qual o marxismo que a Geografia está assimilando numa época de ‘revisão’?” (1986, p.1).

No final da década de 1970 o Brasil passa a ser profundamente afetado pelas transformações gerais que o pensamento marxista vive. Ruy Moreira (2000) defende que o decênio 1978-1988 seria responsável por uma revolução

na Geografia brasileira. Armando Correia da Silva (1983) considera o ano de 1978 como histórico: a publicação de *Por uma Geografia Nova-*, de Milton Santos e o Encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros em Fortaleza seriam expressões disso. Periódicos importantes como a *Herodote*, *Antípode*, Boletim Paulista de Geografia e Território Livre, entre outros, seriam fundamentais nesse processo de renovação (Moreira, 2000). Ruy Moreira (2000) destaca, além das obras de Lacoste e Milton Santos, a importante obra de Massimo Quaini, *Marxismo e Geografia*, que, juntas, comporiam a bibliografia básica da renovação da Geografia brasileira. Armando Correia da Silva (1983) destaca ainda nomes como Carlos Walter Porto Gonçalves, Ruy Moreira, Antonio Carlos Robert Moraes, Armen Mamigonian, Roberto Lobato Correia e Arioaldo Umbelino de Oliveira (além do próprio Armando Correia da Silva) como partes fundamentais desse processo de renovação.

Para Maurício de Abreu (1994), as transformações que o mundo vivia e a incapacidade em dar respostas a elas marcou o período. O autor ressalta o crescimento de movimentos como o feminista e o ambientalista, além de movimentos de emancipação de minorias como mostras da grande efervescência política do período.

Especialmente no pós-guerra as rápidas transformações no capitalismo mundial começam a influenciar mais diretamente as ciências humanas, como é o caso da Geografia. É neste contexto que a partir da década de 70 começa a surgir uma série de novas propostas para o estudo das cidades (Abreu, 1994). O autor considera como grandes contribuições teóricas para os estudos sobre a cidade no período aquelas que surgem do pensamento marxista francês pós-68 expressas em nomes como Manuel Castells e Jean Lojkine, sendo *A questão urbana* de 1972, de Castells, “a obra que mais influenciou o pensamento crítico sobre a cidade nos anos 70 e início dos anos 80” (Abreu, 1994, p.59). Para Santos (2017, p.622) “a ampla difusão de *La question urbaine*, de 1972 [...], e a circulação (esta de caráter mais local) de *Imperialismo y urbanización en América Latina*, datado de 1973, e organizado pelo mesmo autor, tiveram como resultado não somente o fortalecimento do uso da noção de marginalidade, mas a sua aproximação do pensamento crítico sobre o urbano como uma via quase incontornável”. Entretanto, para o autor:

o que resta da potência crítica inovadora trazida na bagagem da questão urbana – avanço, este, esperado com o debate sobre a urbanização posto além da articulação produtivo-industrial – foi desidratado pelo enfoque estruturalista que reduziu a cidade ao espaço do consumo coletivo e, portanto, da reprodução da força de trabalho. Assim, transitava-se da produção ao consumo sem se abandonar o universo restrito de uma teoria funcionalista encarcerada na dualidade” (Santos, 2017, p.623).

Para Abreu (1994, p.61) “coube a um grupo de geógrafos, em sua maioria ligados à Universidade de São Paulo, o pioneirismo da introdução do pensamento crítico no estudo geográfico das cidades”. O autor destaca Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ana Fani A. Carlos, Milton Santos e Odette Seabra como exemplos.

1.1 Trajetória da corrente

A conhecida trajetória da formação da Geografia Crítica, em confronto tanto com a Geografia Tradicional quanto com a Geografia Quantitativa, tem na Corrente Marxista-Lefebvriana de Geografia Urbana que se desenvolve na Universidade de São Paulo um caminho particular.

Entre os anos 1960 e 1970 Margarida Maria de Andrade, Odette C. L. Seabra, Ana Fani A. Carlos e Amelia L. Damiani concluiriam suas graduações em Geografia na Universidade de São Paulo. Entre os anos 1970 e 1980 as professoras concluiriam suas dissertações de mestrado. Os doutorados viriam entre os anos 1980 e 1990. Entre os anos 1980 e 1990, Odette C. L. Seabra, Ana Fani A. Carlos e Amelia L. Damiani concluiriam seus pós-doutorados, sendo as últimas duas na Université Paris I – Sorbonne. Entre 2000 e 2008 as três autoras publicariam suas Livre-Docências. Em 1973 Margarida M. de Andrade se torna professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, em 1980 Odette C. L. Seabra, em 1982 Ana Fani A. Carlos e em 1994 Amelia L. Damiani.

Segundo entrevista com a professora Odette C. L. Seabra, entre os anos 1960 e 1970 havia um enorme fosso entre o conteúdo visto em sala de aula no curso de Geografia, profundamente positivista e tradicional, e as rupturas radicais da juventude no movimento estudantil. O que aquela geração fez foi

estreitar os laços procurando produzir por dentro da Geografia reflexões neste sentido. O maio de 68 francês foi um levante fundamental neste processo e atingiu a juventude brasileira, que vivia a ditadura militar.

No prefácio de sua dissertação de mestrado de 1979, Ana Fani A. Carlos fala em uma “proposta alternativa de entendimento do espaço geográfico”, e que “as concepções espaciais, via de regra usadas pelos geógrafos, não forneciam uma resposta satisfatória ao nosso problema que seria tentar entender e analisar a realidade do ponto de vista geográfico” (1979, p.1). Neste trabalho a autora defende a “transformação do mundo em que vivemos” e julga ser uma preocupação errônea “encarar o trabalho acadêmico como um fim em si” (1979, p.3).

Neste trabalho já estava presente uma crítica à Geografia Quantitativa e um diálogo com autores como F. Engels, G. Lukács, V. Lênin, Pierre George, Henri Lefebvre, Karel Kosik, Manuel Castells, Milton Santos, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira, K. Marx e David Harvey. Ainda havia aqui uma concepção de “organização do espaço”, demarcando uma construção intelectual em transição. O desenvolvimento da obra ao longo da história das cidades procura partir de uma periodização que dialogava com os modos de produção propostos por Marx. A autora chega à conclusão de que “o espaço geográfico não pode ser pensado ou analisado isoladamente do modo de produção que o produz” (Carlos, 1979, p.100).

No mesmo período, Odette C. L. Seabra estuda um tema empírico, a segunda moradia em Santos, que relaciona de certo modo turismo, urbanização e valorização do espaço. As transformações do período aparecem na obra da autora em passagens como esta, referindo-se ao ano de 1973:

momento em que o tratamento dado à questão urbana passava por grandes reformulações. Começamos a nos conscientizar disso através de alguns trabalhos produzidos por economistas urbanos e por geógrafos, ao final dos 60 e nos anos 70. No âmbito da Geografia tivemos como ponto de apoio o trabalho de David Harvey, *Justiça social e a cidade* e alguns trabalhos do Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona. [...] É provável que hoje nossa disciplina esteja em conjunto trabalhando para produzir uma recolocação do urbano. Contudo não avaliamos essa questão. Mas o veio que se abriu parece mesmo ser muito fértil (Seabra, 1979, p.02).

Para a autora, quem chegava mais perto da problemática que ela pretendia abordar era David Harvey com a discussão sobre a valorização do espaço (Seabra, 1979). Fica evidente a influência do debate que se fazia na economia, especialmente na economia urbana. Uma interessante discussão acerca da renda da terra urbana e sua relação com a propriedade da terra já estava presente na obra, através de um diálogo com autores como Alain Lipietz e David Harvey.

Enquanto por um lado as atividades das empresas valorizavam o espaço já que acionavam um processo de trabalho mediante uma certa inversão de capital, por outro lado, os proprietários de terra participavam dessa valorização elevando o preço de suas terras (Seabra, 1979, p.04).

O tema central da obra parece ser o que a autora chama de valorização do espaço.

Foi sobretudo explicando o produto que discutimos o processo de valorização do espaço desencadeado com a produção da segunda residência, objeto central deste estudo. Esse processo de valorização imprimiu a esse espaço um novo valor de troca como resultante do novo uso que se lhe propunha quando tiveram início as produções (Seabra, 1979, p.5).

A segunda residência, analisada em Santos, “não se constitui em suporte da vida cotidiana” (Seabra, 1979, p.01), é produzida como “alternativa à vida cotidiana inserida no universo concentracionista da cidade grande” (Seabra, 1979, p.06).

A dissertação se desenvolve através de uma análise dos quarteirões verticalizados das proximidades da orla do ponto de vista de seu uso e

propriedade ao longo das décadas anteriores. Há já aqui uma concepção de produção histórica do espaço. A conclusão considera que, no nível da forma, “o solo suporta um volume muito grande de edificação. Falta até espaço de circulação. Os edifícios encontram-se como que amontoados uns sobre os outros” (Seabra, 1979, p.116); no nível do conteúdo, a orla é a área de maior valorização (Seabra, 1979). Temas interessantes como a disseminação do automóvel e as novas alternativas de lazer fazem parte das conclusões do trabalho. Compõem a bibliografia trabalhos de Horácio Capel, Manuel Castells, Pierre George, David Harvey, Henri Lefebvre, Alain Lipietz, Marx, Francisco de Oliveira, entre outros.

Amélia L. Damiani, entre os anos 1970 e 1980, vai buscar nas favelas de Cubatão uma resposta para o tema da pobreza a partir da relação entre indústria e favela. A acumulação de capital gera uma massa pobre “inserida no contexto de um processo de segregação espacial, definido especialmente através da proliferação de favelas, como resultado contraditório da valorização da terra, paralela ao desenvolvimento das indústrias em Cubatão” (Damiani, 1985, p.5). O morador da favela é encarado essencialmente como trabalhador, e em sua relação direta com o processo produtivo, o que seria revisto pela autora em suas obras posteriores por meio de uma problematização a partir do economicismo. “A perspectiva, portanto, dirigiu-nos à essencialidade do fenômeno, já que é o trabalho a essência do desenvolvimento do capital; como também explica a pobreza, no caso, enquanto trabalho assalariado, sujeito à exploração de dimensão e intensidade variadas” (Damiani, 1985, p.06). Também aqui, assim como na dissertação de Odette C. L. Seabra, o processo de valorização e a questão da propriedade da terra ganham centralidade, aqui sob um ponto de vista da favela. “A favela, além de encaminhar a discussão, via trabalho, para duas vertentes: a valorização do capital pelo trabalho, determinando o processo de acumulação e a pobreza gerada neste processo de valorização como sua contrapartida, coloca a questão paralela da valorização da terra no mesmo processo, de sua propriedade, e da expropriação resultante” (Damiani, 1985, p.06).

A ideia da cidade sendo produzida aparece em trechos como o seguinte: “A análise do trabalho, afeto a ela, amplia o quadro produtivo, que sai dos limites

da fábrica, depois de se confundir intimamente com eles, e se abre à explicação do processo produtivo integral, vislumbrando-se o processo de produção imediata e de circulação. Chega-se a novas produções decorrentes da expansão do centro industrial petroquímico-siderúrgico, garantindo uma visão da cidade mesma sendo produzida” (Damiani, 1985, p.6).

O trabalho segue através de uma análise da industrialização de Cubatão e das transformações na cidade a partir do loteamento e substituição do trabalho agrícola anterior. Aparecem ao longo de toda a obra diálogos com Marx, Lefebvre, Milton Santos, Francisco de Oliveira, José de Souza Martins, Octavio Ianni e David Harvey. É interessante a discussão feita em torno da ideia de segregação e expropriação, principalmente através do diálogo com a obra de Francisco de Oliveira.

Ao longo das décadas seguintes os trabalhos das autoras vão incorporando à visão inicial, produto do contato com o marxismo, uma concepção lefebvriana de espaço. Tem especial importância neste processo o seminário de leitura das obras de Marx e Lefebvre a partir de 1975 (Santos, 2017).

1.2 Algumas influências gerais da Corrente

Amélia Damiani em sua Tese de Livre-Docência localiza as influências e fundamentos desta perspectiva através de uma reconstituição metodológica, que pode ser considerada também parte da base dessa corrente. Para a autora, Amélia Damiani, Ana Fani, Odette Seabra, Margarida Maria de Andrade representam as principais expoentes desta tendência (Damiani, 2008). A autora ressalta ainda a importância da Revista *La Somme et le Reste – études lefebvriennes – réseau mondial* na reunião dos estudos contemporâneos desta vertente (Damiani, 2008). Alguns autores influenciaram especialmente esse movimento, entre eles Mark Gottdiener, com sua obra *A produção social do espaço urbano*, Neil Smith, com *O desenvolvimento desigual*, Edward Soja, com *Geografias pós-modernas* e David Harvey, com *A condição pós-moderna* e *O novo imperialismo*, entre outros (Damiani, 2008). Também vale ressaltar a

importância da influência dos situacionistas, como Guy Debord e Raoul Vaneigem (Damiani, 2008).

A autora utiliza como apoio para estabelecer uma conexão fundamental entre os conceitos em sua obra as bases colocadas por Marx e Lefebvre: “da produção do espaço às práticas espaciais – do plano estrutural ao cotidiano – esses instrumentos conceituais podem servir a um conhecimento geográfico inserido na crítica social. E estabeleço como mediação, entre outras, para o projeto deste trabalho, a influência das obras de Marx e Lefebvre na construção desta Geografia” (Damiani, 2008, p.16). Para a autora, seu percurso:

[...] inclui, profundamente, a construção teórica de Henri Lefebvre. Sua obra, seguindo “adiante Marx”, a partir de Marx, a propósito da elucidação da realidade social do século XX e de sua singularidade – dos desvios e novas rotas, que a economia e a sociedade, nesse século, adquirem, e que Marx não teria vivido e concebido – com um tratamento global, difícil de encerrar em disciplinas especializadas, permite uma compreensão metodológica do materialismo dialético (Damiani, 2008, p.27-28).

O trabalho de José de Souza Martins, assim como da Sociologia da USP, é, certamente, outra grande influência para a corrente. “Ao esclarecer a noção de formação econômico-social em Marx e Lênin a partir da obra de Henri Lefebvre, José de Souza Martins a conceitua englobando a de desenvolvimento desigual e a de sobrevivências na estrutura capitalista de formações e estruturas anteriores: ‘as forças produtivas, as relações sociais e as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico’” (Damiani, 2008, p.37).

Ana Fani A. Carlos, em *A condição espacial* (2011), também resgata a trajetória da abordagem marxista-lefebvriana. A autora analisa o conceito de produção desenvolvido por Marx na Introdução dos *Grundrisse*, os manuscritos de 1858, trabalho no qual o autor desenvolve a ideia de produção como também

uma produção de indivíduos e não apenas como transformação material¹. Ana Fani (2011) resgata também as bases da concepção materialista esboçadas em *A ideologia alemã* acerca da produção da consciência².

A noção de produção do espaço desenvolvida em uma elaboração de fôlego de Lefebvre também foi de importância crucial para a corrente. Em *A produção do espaço* o autor apresenta uma concepção que de certo modo revolucionou a ideia de espaço.

Desse espaço, deve-se dizer que ele implica, contém e dissimula relações sociais. Se bem que não seja uma coisa, mas um conjunto de relações entre as coisas (objetos e produtos). Seria ou tenderia a se tornar a Coisa absoluta? Sem dúvida, pois toda coisa, tornada autônoma no curso da troca (tornada mercadoria), tende a se tornar absoluta e tal tendência define o fetichismo, segundo Marx (a alienação prática no capitalismo). Mas a Coisa não chega a isso. Ela não pode se emancipar [libertar] da atividade, do uso, da necessidade, do “ser social”. Quanto ao espaço?...Esta é a questão central. (Lefebvre, 2006, p.125). O espaço não é jamais produzido como um quilograma de açúcar ou um metro de tecido. Ele não é mais a soma de lugares e praças desses produtos: o açúcar, o trigo, o tecido, o ferro. Não. Ele se produziria como uma superestrutura? Não. Ele seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências. O espaço não tem, portanto, nada de uma “condição” a priori de instituições e do Estado que as coroa. Relação social? Sim, decerto, mas inerente às relações de propriedade (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e material. Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção,

¹ Para Marx “[...] quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (Marx, 2011, p.41). Ou ainda, “[...] não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores” (Marx, 2011, p.47).

² “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles tem de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (Marx, 2007, p.87).

produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas. O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Então, ele engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação “produção-consumo” aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos da troca), mas a modifica ampliando-a. Uma unidade se entreteve entre os níveis frequentemente separados da análise: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado) (Lefebvre, 2006, p.128).

Ainda como parte dos fundamentos, encontramos o capítulo inédito de *O capital* de Marx, no qual surge a expressão “reprodução das relações de produção”, conceito aprofundado por Lefebvre em *La survie du capitalisme*. Henri Lefebvre, em *A re-produção das relações de produção* (parte de *La survie du capitalisme*), fala do espaço como “lugar da reprodução das relações de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção)” (1973, p.17):

É neste espaço dialectizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico. Através de um imenso processo, o capitalismo apoderou-se da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa (Lefebvre, 1973, p.19-20).

1.3 Em resumo

Vimos, portanto, que é possível localizar esta Corrente de pensamento dentro de um processo mais geral de ruptura dentro da Geografia brasileira. Ao mesmo tempo em que faz parte de um movimento mais geral, tanto da Geografia brasileira quanto da Geografia mundial, apresenta traços particulares em sua conexão com o pensamento marxista, especialmente pelo legado Lefebvrino.

A leitura particular que faz da obra de Marx, sobretudo no que diz respeito ao conceito de produção, será um traço distintivo de suas elaborações. A produção como *produção de indivíduos*, mais do que produção estritamente material de mercadorias, e a ideia de *reprodução das relações de produção* trarão para o centro da análise aspectos da vida cotidiana que não faziam parte nem do marxismo clássico, nem Geografia Tradicional.

A concepção lefebvriana de cidade, assim como do processo de urbanização, serão um norteador para a construção de uma visão marxista do mundo centrada no fenômeno urbano. Visão essa mais crítica do que aquela na qual a cidade não passava de um lugar de produção ou de alojamento da força de trabalho. Veremos que sobre esta base se acrescentarão elementos para compor uma visão atual do capitalismo.

CAPÍTULO 2 – IDENTIFICANDO UMA HIPÓTESE

Cabe agora analisar de forma pormenorizada uma hipótese de um dos grupos que fazem parte da Corrente Marxista-Lefebvriana de Geografia Urbana da USP. Esse grupo, denominado GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical) e ligado ao LABUR (Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo), surgiu por volta de 2001 e reúne, entre outros, pesquisadores como Glória da Anunciação Alves, Cesar Ricardo Simoni Santos, Isabel A. Pinto Alvarez, Simoni Scifoni, Camila Salles de Faria, Danilo Volochko, Fabiana Valdoski Ribeiro, Rafael Faleiros de Pádua, Sávio Augusto de Freitas Miele e Renata Alves Sampaio, sob a coordenação de Ana Fani Alessandri Carlos³.

Entre as temáticas abordadas pelo grupo vemos discussões em torno da Geografia e seus debates como disciplina, da relação entre cidade e cultura, movimentos sociais e resistências, políticas urbanas e políticas espaciais, problemática ambiental urbana, produção e reprodução do espaço geográfico, turismo e a produção do espaço e valorização do espaço.

Devido à diversidade do grupo e suas múltiplas temáticas, foi necessário fazer certo recorte para atender aos interesses desta pesquisa. De certo modo foram selecionados os trabalhos que mais diretamente dialogavam com a busca pelo papel do urbano no capitalismo contemporâneo, no âmbito dos processos mais gerais. Neste sentido, é, sobretudo, entre os trabalhos de Ana Fani Alessandri Carlos, Isabel Aparecida Pinto Alvarez e Cesar Ricardo Simoni Santos que destacamos elementos para delimitar uma hipótese explicativa para o capitalismo contemporâneo tendo o urbano como elemento central⁴.

³ Além disso, o GESP organiza uma rede de pesquisadores mais ampla, que inclui Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Arlete Moysés Rodrigues, professora Livre Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de Sociologia) e do Instituto de Geociências (Departamento de Geografia) da UNICAMP; Marta Inez Medeiros Marques, professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Rita de Cássia Cruz, professora doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Silvana Maria Pintaudi, professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Rio Claro; Jorge Luiz Barbosa, professor associado da Universidade Federal Fluminense; entre outros.

⁴ As informações referentes ao GESP foram retiradas do site www.gesp.fflch.usp.br.

Além do fato de o conjunto de hipóteses discutidas pelo GESP ser bastante amplo e diversificado, é preciso destacar que mesmo considerando o recorte feito entre alguns autores, o universo ainda se configura muito maior do que os objetivos desta pesquisa. Portanto, a seguir será feita uma explanação geral de uma parte dos trabalhos dos autores selecionados, mas somente serão desenvolvidos na Parte II deste trabalho aqueles que mais diretamente se relacionam aos processos hegemônicos, mais precisamente à mundialização financeira que tem início entre as décadas de 1970 e 1990 e que adentra o início do século XXI.

2.1 O urbano e o capitalismo contemporâneo

Para Ana Fani Alessandri Carlos, “[...] ‘a produção da cidade como negócio’” dá “novo conteúdo à urbanização contemporânea” (Carlos, 2015b, p.44). Ou seja, “o novo momento da acumulação se centra no processo de reprodução do espaço, que é um elemento-chave da problemática do mundo moderno, tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação e da ação do Estado em direção à criação dos fundamentos de sua própria reprodução, quanto da produção da vida” (Carlos, 2015b, p.44).

Para a autora “a metrópole como momento necessário da acumulação do capital” representa a “superação do sentido da urbanização e da produção do espaço urbano” (Carlos, 2015a, p.07). Este ponto de vista se contrapõe a uma visão da urbanização e da produção do espaço urbano “[...] como simples resultantes do desenvolvimento econômico das cidades – das atividades econômicas concentradas nas metrópoles e da construção complementar de um espaço residencial para abrigar a força de trabalho industrial, por exemplo, ou da produção de espaços ligados a atividades comerciais e de serviços resultantes do crescimento urbano” (Carlos, 2015a, p.07-08).

O urbano como negócio representa uma dimensão nova do que seria um “[...] papel cada vez mais intenso da própria produção do espaço, da cidade e do urbano para a reprodução da acumulação capitalista” (Carlos, 2015a, p.08). Portanto, teria havido uma mudança de sentido no papel da cidade e do urbano no mundo contemporâneo. A reprodução direta do capital por meio da produção do espaço urbano teria assumido o lugar da reprodução das condições

necessárias para a acumulação do capital no espaço urbano (Carlos, 2015a). Esta concepção seria produto de um debate que incluiria uma “revisão e atualização do tratamento teórico sobre o tema”, uma análise da “produção contemporânea do espaço urbano e da própria cidade no movimento da mundialização financeira” e das “transformações no setor imobiliário e na propriedade privada do solo” (Carlos, 2015a, p.08), entre outras questões. “No atual contexto da mundialização financeira, a economia e o capital industrial são postos a serviço da circulação financeira, estabelecendo uma mudança de qualidade na economia, no trabalho e na urbanização” (Carlos, 2015a, p.08).

Portanto, segundo a autora, a “hipótese explicativa do mundo moderno como momento da reprodução do espaço urbano” (Carlos, 2015b, p.54) se explicaria pela “centralidade da produção do espaço – a prática social, como práxis espacial – como elemento central da problemática do mundo moderno, tanto do ponto de vista do processo de acumulação/ reprodução do capital quanto da reprodução das relações sociais” (Carlos, 2015b, p.44).

A este respeito, Isabel Alvarez pergunta: “a cidade como negócio seria, portanto, uma especificidade deste momento histórico?” (Alvarez, 2015, p.66). A resposta a essa pergunta parece compor uma caracterização do papel do urbano no capitalismo contemporâneo:

Parece-nos que, ao afirmar que a cidade é produzida como mercadoria, como valor, valor de uso e valor de troca, abre-se a possibilidade de pensa-la como um bem intercambiável, produzido sob a lógica da valorização e, nesse sentido, como negócio e segregação. Tal consideração implica reconhecer a insuficiência da compreensão da cidade enquanto concentração de negócios e atividades, para refletir sobre sua própria produção como tal, o que coloca a necessidade de entendê-la no âmbito das determinações mais gerais da reprodução social e do capital, mas atinando para o papel da propriedade privada da terra e do Estado, uma vez que se constituem como elementos fundamentais desse processo (Alvarez, 2015, p.66).

Estes argumentos são reforçados com a apresentação de alguns processos gerais:

Contemporaneamente, a produção da cidade como negócio se aprofunda, associando-se às transformações do capitalismo, notadamente à reestruturação produtiva e à financeirização. Tal momento coloca em outro patamar a importância da produção do espaço. [...] A partir de Lefebvre e Harvey é possível dimensionar a importância da produção do espaço, que se converte em um setor econômico de suma importância à reprodução capitalista, como amortecedor da crise de acumulação e, ao mesmo tempo, como produtor de um novo urbano, cujo sentido hegemônico é o da viabilização da reprodução do valor e/ ou simplesmente da renda – se levarmos em consideração a relação intrínseca entre a produção do espaço e a financeirização –, destituindo, cada vez mais, as cidades de seu conteúdo histórico, suas referências e espaços públicos de sociabilidade para elevar ao sentido mais profundo o próprio espaço como mercadoria (Alvarez, 2015, p.70-71).

Estes elementos, segundo a autora, permitem “[...] afirmar com Lefebvre (2004), que hoje vivemos uma problemática, sobretudo urbana, assentada sobre as necessidades da liquidez, rentabilidade e instabilidade financeira” (Alvarez, 2010, p.289).

Para Cesar R. Simoni Santos a cidade é mais do que um centro de gestão dos negócios no mundo globalizado:

[...] a cidade não é tomada meramente como lugar dos negócios, mas é, ela mesma, o próprio negócio que se realiza a partir da produção do espaço urbano. Logo, a centralidade dos espaços metropolitanos para a interpretação das dinâmicas mais atuais do capitalismo contemporâneo não é revelada em toda sua potência e em todo o seu sentido a partir da constatação de que a grande metrópole tenha se tornado o centro de gestão e dos negócios na era da globalização. Não se trata de olhar para os eventos e fenômenos que ocorrem na cidade, mas para a própria cidade como o fenômeno e o evento principais que dão conteúdo e continuidade às estratégias de acumulação. A produção do espaço e a possibilidade da cidade como negócio emergem aqui no centro dessas estratégias, e um dos segmentos que guarda a potência de revelar a pertinência da redefinição do paradigma é o segmento imobiliário (Santos, 2015, p.34).

Para o autor, o ramo de incorporações seria o responsável por colocar a produção do espaço urbano no centro da acumulação contemporânea (Santos, 2015). Processos como a reestruturação produtiva e a financeirização da economia teriam atribuído “um novo papel à metrópole na realização do excedente como capital” (Santos, 2015, p.36). Sendo assim, a indústria “tinha

agora na produção do espaço urbano não mais o seu produto residual ou periférico, mas o objetivo central de sua atividade produtiva” (Santos, 2015, p.36).

O autor argumenta que os dados da realidade permitem chegar à conclusão de que “é a atividade imobiliária da incorporação que tem suscitado os maiores lucros nos segmentos produtivos” (Santos, 2015, p.38). A produção e a reprodução do espaço urbano estão, portanto, “na ordem do dia da acumulação contemporânea” (Santos, 2015, p.38). Os capitais em fuga de outros setores encontram na atividade imobiliária metropolitana uma grande oportunidade para a realização de seus lucros (Santos, 2015). Haveria, portanto, uma diferença qualitativa entre analisar a cidade como um lugar de negócios e analisar a própria cidade como um negócio (Santos, 2015). Essa conclusão pode ser tirada analisando as transformações no capitalismo após as últimas décadas de crise (Santos, 2015).

Nesse sentido, a hipótese sustenta que “a reprodução econômica, a segregação espacial e as resistências sociais se articulam atualmente em face da mundialidade do fato urbano” (Santos, 2017, p.620). Este caráter de centralidade do urbano passa a vigorar “somente nos anos 1990, sobretudo a partir dos trabalhos do grupo reunido no LABUR” (Santos, 2017, p.635):

De certa forma, pode-se dizer que esse grupo, ao seu modo, também elabora uma espécie de teoria da globalização colocando no centro daquilo que é reconhecido como efetivamente mundial o processo de urbanização, analisado sob os eixos da vida cotidiana e da produção do espaço. A hipótese lefebvriana, segundo a qual a sociedade industrial dará lugar à sociedade urbana, portadora de uma inteligibilidade e de demandas renovadas fornece as bases para um debate que tem condições de superar, sem descartar ou abandonar, a tradicional teoria das classes sociais. Entendendo a constituição do urbano, num momento e de um ponto de vista críticos, nota-se que ele se tornou, como elemento central da reprodução social contemporânea, o núcleo gerador de problemas na sociedade contemporânea e, se as antigas questões ainda não foram resolvidas, elas, hoje, se articulam como subsidiárias da problemática urbana (Santos, 2017, p.635-636).

Estes elementos estão diretamente relacionados às transformações no papel que a esfera produtiva tem no processo de acumulação. “A reprodução da economia capitalista teria abandonado o *locus* reservado da produção *strictu sensu* de objetos particulares nas tradicionais linhas de produção e teria assumido diretamente a produção do espaço urbano como um negócio” (Santos, 2017, p.637). A noção de segregação urbana teria, segundo o autor, a potência de problematizar essa nova realidade:

A escala da diferenciação geográfica é cada vez menos definida por meio da divisão internacional do trabalho e cada vez mais determinante no interior dos espaços urbanos das grandes metrópoles mundiais, as quais, em um mundo cada vez mais urbanizado, fornecerão a chave para se decifrar a crise social contemporânea. É por meio da noção de segregação urbana, no momento em que a globalização assume os conteúdos da urbanização completa da sociedade, que a voz daqueles que foram considerados “marginais” ganha amplitude mundial e poderia, quem sabe, ressignificar o brado final do manifesto de Marx. Na ótica desse grupo de geógrafos, a segregação urbana se define com relação ao marco da produção do espaço entendido como processo mundial e elemento central de ordenação da vida e das dinâmicas de acumulação (Santos, 2017, p.640).

O drama da constituição contemporânea da sociedade urbana e os termos do direito à cidade hoje passam, portanto, pela noção de segregação:

O grupo de pesquisadores do LABUR tem afirmado, em consonância com outras vertentes de análise, que a crise social contemporânea é mundial, e está enredada às voltas com a constituição da sociedade urbana. A segregação espacial captura o sentido dessa crise e pode iluminar aquilo que, no passado, foi interpretado localmente a partir do rótulo da marginalidade. Assim, a segregação se estabelece em relação ao urbano e à constituição da sociedade urbana e não em relação ao consumo, ao acesso aos bens e serviços ou em relação às condições de emprego exclusivamente (entendidos, no campo da análise crítica do cotidiano, como momentos frequentes da alienação do urbano). Ela se remete a um direito superior, que é o direito à cidade, e não a direitos particulares tomados isoladamente, e exige a revisão do componente utópico da sociedade. Essa perspectiva se elabora teórica e empiricamente: eis os movimentos sociais urbanos atuais que

reivindicam o direito à cidade [...] Nesses termos, a segregação atualiza a noção de alienação, como alienação do urbano; ela se define aqui como a manifestação extrema da alienação, definida no e pelo urbano. Na medida em que também, além do acesso aos serviços, aos signos de sociabilidade e bens de consumo, são as formas de apropriação do espaço que estão em jogo, é a compreensão da produção do espaço urbano que permite operar a passagem da marginalidade e da exclusão para o campo da segregação. É nesse sentido que a noção de segregação ganha interesse atualmente para o debate realizado sob uma orientação crítica (Santos, 2017, p.640).

2.2 Crise de acumulação

Quanto aos processos gerais, as respostas a uma crise de acumulação teriam produzido um novo padrão de acumulação. Para atender às necessidades deste novo padrão, uma série de reestruturações seria feita na esfera produtiva, assim como desregulamentações na esfera financeira. O resultado destas transformações seria um regime de acumulação mundializado e financeirizado. Isabel P. Alvarez sintetiza da seguinte maneira o processo de crise de acumulação e as transformações que produziu:

A crise de acumulação que vem se delineando desde os anos 1970, levou à constante necessidade de ajustes econômicos e políticos no sentido de gestar a crise e garantir a continuidade do processo, de modo que, atualmente, pode-se dizer que a reprodução econômica capitalista assenta-se em dizer dois pilares fundamentais e plenamente articulados: a reestruturação produtiva, que envolve uma reorganização técnica, organizacional e locacional, bem como pressão sobre o trabalhador com precarização das condições de trabalho e desemprego e, a produção de um capital fictício que, embora tenha origem na produção, se reproduz com autonomia, gerando uma quantidade de capital dinheiro que não corresponde ao montante da produção, mas que interfere nos arranjos e decisões corporativas, de modo que a localização das unidades produtivas está relacionada às possibilidades de rendimentos oferecidos pelos diferentes locais (nos quais se inclui, além da infra-estrutura, a possibilidade de articulação com os inúmeros “fornecedores”) em arranjos estratégicos que visam garantir e ampliar o processo de acumulação (Alvarez, 2010, p.03-04).

De acordo com Ana Fani A. Carlos, a superação dos momentos de crise de acumulação se dá “pela incorporação de novas produções ao processo de

acumulação, dentre elas a do espaço urbano, que se efetiva com a hegemonia do capital financeiro” (2015b, p.44).

O que a autora chama de “o espaço-tempo das metrópoles” teria um papel destacado na garantia de superação momentânea das “crises de acumulação e desvalorização dos capitais em outros espaços, cidades, países e regiões” (Carlos, 2015a, p.08) através de seu potencial de acelerar a realização e a acumulação da mais-valia. Trata-se, portanto, de uma “dinâmica espacial nova do capitalismo contemporâneo que possui origem na reestruturação produtiva e que foi estabelecendo, nas últimas décadas, um novo regime de acumulação: o financeiro” (Carlos, 2015a, p.09). Essa nova dinâmica traz implicações geográficas importantes como “novas articulações escalares entre os agentes e processos envolvidos, de modo que a mundialidade perpassa o lugar, trazendo um desencontro e muitos conflitos entre a escala da vida cotidiana contraposta à escala da acumulação econômica mundializada que move os negócios urbanos” (Carlos, 2015a, p.09). A reprodução do espaço urbano representaria a “possibilidade de resolver a crise de acumulação” (Carlos, 2015b, p.55).

Para Isabel P. Alvarez a importância do capital fictício e sua autonomização cresceram. A autora ressalta a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais como as privatizações, a desregulamentação, a exploração e a expropriação para demonstrar este processo (Alvarez, 2014).

2.3 Um destaque para o setor imobiliário

Teria um papel destacado neste processo o setor imobiliário, que se localiza entre a esfera produtiva da construção civil e a esfera financeira dos grandes investidores como os fundos imobiliários. O setor imobiliário seria o setor de maior destaque na superação, ainda que temporária, da crise de acumulação. Segundo Cesar R. Simoni Santos, além da fuga do capital do setor produtivo para o setor financeiro teria havido uma segunda fuga, “do financeiro acionista para o financeiro imobiliário” (Santos, 2006, p.109-110). Segundo o autor, teriam surgido “[...] novas bolhas especulativas, a partir da segunda metade da década de 1990” (Santos, 2006, p.111). Neste período teriam se intensificado as ações do Estado sobre o espaço urbano no sentido de “revitalizar” parcelas da cidade, o que se configuraria em um “revigoramento

capitalista do espaço das cidades” (Santos, 2006, p.111). Também este elemento seria uma expressão do novo papel atribuído “ao espaço urbano nos processos de circulação e valorização do capital em âmbito mundial” (Santos, 2006, p.111). Sendo assim, a:

valorização do espaço, disparada a partir do imprescindível papel das burocracias estatais, faz parte da linha de frente das estratégias do poder público para atrair investimentos internacionais, assim como, ao mesmo tempo, funcionam como o núcleo duro das inventivas privadas de valorização capitalista em período de crise. A compra e venda de fragmentos do espaço urbano tomam a dianteira no rol de estratégias dos setores privados para uma recuperação das taxas de lucro e a cidade contemporânea deixa assim de servir ao capital somente a partir da função de espaço de circulação propício à realização da mais-valia para se tornar, ela mesma, o objeto dessa valorização capitalista, parte do capital empregado em processo de valorização, a partir da valorização do espaço. Para atrair capitais a partir de seu potencial de valorização, as cidades são reestruturadas e produzidas (“revitalizadas”); dessa forma, vende-se a cidade, como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço (e a sua procura) quanto mais real e verossímil for a sua imagem enquanto potencial de valorização. A cidade como negócio superou a condição da cidade como lugar do negócio (Santos, 2006, p.110-111).

O autor ressalta o movimento do capital de uma região para a outra gerando desvalorizações e novas valorizações, como o vivido pelos centros das grandes metrópoles brasileiras (Santos, 2006).

Os capitais batem em retirada e deixam aos circuitos inferiores da economia aquele espaço pouco ajustado às demandas dos novíssimos investimentos. A economia informal – ambulantes, camelôs e um comércio varejista que se alimentam de formas residuais de consumo para os padrões atuais de circulação capitalista – se apodera dessas antigas estruturas desvalorizadas e conserva, numa espécie de sobrevida, o espaço produzido segundo os padrões de inversão de ciclos anteriores. A desvalorização é visível em seus efeitos, seja para novas possibilidades de investimentos, seja para a vida urbana que se desenrola no rastro de destruição deixado pelo movimento migratório do capital. Criam-se, dessa forma, estoques de espaços desvalorizados, verdadeiros “territórios-reserva”, como denominou Rosa Tello Robira (Robira, 2005), que aguardam novos investimentos produtivos ou imobiliários de

acordo com a prévia orientação do poder público (Santos, 2006, p.113-114).

Para Cesar R. Simoni Santos, há “um redirecionamento dos fluxos de capitais em direção aos centros metropolitanos já consolidados” (Santos, 2015, p.34). Isto estaria representado, entre outras coisas, na migração de investimentos de empresas do ramo de construção de infraestruturas, como Camargo Corrêa, Mendes Junior, Odebrecht e OAS por exemplo, para setor de edificações (Santos, 2015).

Esse movimento teve continuidade e açambarcou capitais de outros ramos também ligados às dinâmicas expansionistas dos anos 1960 e 1970. A Rodobens, por exemplo, que também inicia suas atividades no mercado imobiliário na década de 1980, sai do ramo das vendas e consórcios de caminhões e vem aumentar sua participação nos lançamentos de imóveis desde então. De 1995 a 2000, ‘as atividades imobiliárias foram responsáveis por 20,8% dos investimentos realizados na Grande São Paulo’. Bem atrás, a indústria automobilística foi responsável por 17,4%, a indústria química por 9,8%, o comércio varejista por 7,1% e as telecomunicações se responsabilizaram por 6,2% (Santos, 2015, p.34-35).

Para o autor, tanto a reconfiguração dos espaços quanto a gentrificação sinalizam “poderosas forças de transformação do espaço e respondem às expectativas de realização de lucros no setor imobiliário” (Santos, 2015, p.34). O ramo de incorporações e o mercado de capitais estreitaram laços neste processo, “a criação de ativos financeiros lastreados em ativos imobiliários, no Brasil, deu conta de uma grande diversidade de produtos que atingiu investidores de diversos portes e perfis. De 2006 em diante, a onda de IPOs que tomou conta do segmento das grandes empresas de incorporações arrematava o vínculo direto com os grandes capitais que circulam nos ambientes financeiros mundiais” (Santos, 2015, p.34-35).

Pode-se observar uma mudança de foco nos trabalhos do autor, da escala global redefinindo as dinâmicas locais à forma como os processos locais integram as dinâmicas de acumulação em escala mundial.

2.4 Rupturas na vida cotidiana

Da perspectiva de análise do GESP/ LABUR a vida cotidiana é profundamente afetada pelas transformações na esfera do capitalismo global. O fetichismo e a alienação do espaço ganham contornos dramáticos, alterando profundamente as relações sociais no nível local. Os bairros perdem seu caráter local e vão sendo tomados por um novo ritmo, acelerado pela mobilidade do capital financeiro global.

Isabel P. Alvarez destaca a extensão da mundialização, e sua realização como urbanização, para além da fábrica, a reprodução das relações de produção,

configurando espaços-tempos da vida cotidiana na lógica da mercadoria. O capitalismo, para se desenvolver, extrapolou a produção de mercadorias, capturando outros segmentos e momentos da vida: o espaço, o lazer, o turismo, a cultura, as relações familiares e de vizinhança, vinculando-as diretamente à produção e circulação do valor. A formação da sociedade urbana, portanto, vincula-se ao movimento da reprodução, que abarca o espaço e efetua-se no plano das relações gerais de desenvolvimento do capitalismo e das estratégias e alianças entre o econômico e o político, que emergem no plano do cotidiano. Assim, o tempo do não trabalho virou o tempo do consumo e do lazer (esse momento também produzido!) como consumo (Alvarez, 2017, p.278).

São as exigências do setor financeiro que ditam o ritmo da produção e da reprodução do espaço urbano. “A vida nas metrópoles aparece submetida aos mandos desse padrão de relacionamento dominado pelas finanças. A segregação, que vem a par com a ‘renovação’ urbana e com a valorização imobiliária, constitui um fenômeno social tão importante para a compreensão das dinâmicas espaciais da metrópole quanto a funcionalidade desses novos centros de negócios que surgem nas aglomerações” (Santos, 2015, p.35-36).

2.5A metrópole paulista

Segundo a hipótese aqui trabalhada, a metrópole paulista representa a entrada do Brasil neste processo global de forma mais categórica. A passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro se dá com a dispersão das atividades produtivas enquanto uma série de espaços ganha novos usos. Segundo Ana Fani A. Carlos, “na metrópole de São Paulo, o processo de urbanização se efetiva, na atualidade, através do movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, o que evidencia a constituição de uma ‘metrópole de negócios’” (Carlos, 2015b, p.51). O capital financeiro se realizaria na metrópole preferencialmente através do setor imobiliário. Assim, novos ramos da economia ganham espaço na metrópole, ressignificando antigos galpões industriais, revalorizando espaços.

A autora sistematiza o processo de transformação da metrópole da seguinte forma:

a) a desconcentração do setor produtivo industrial e a acentuação da centralização do capital na metrópole, o que não significa desindustrialização tendo em vista que aí permanecem as indústrias de ponta; b) a presença de novos ramos da economia, particularmente, do que se chama de ‘novo terciário’, contemplando o setor financeiro, de turismo e lazer, e redefinindo os outros setores, como é o caso do comércio e de serviços para atender o crescimento dessas atividades; c) as novas políticas públicas que orientam os investimentos em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole através da realização de ‘parcerias’ entre a prefeitura e os setores privados, alavancando o processo de transformação espacial como momento da acumulação; d) o movimento de transformação do dinheiro em capital com a criação dos fundos de investimento imobiliários etc. (Carlos, 2015b, p.53).

A este respeito, Isabel P. Alvarez reforça o papel do Estado na regulamentação de alianças entre os setores fundiário, imobiliário e financeiro e na definição de projetos urbanísticos de renovação e reestruturação urbana, além do uso do poder da violência em reintegrações de posse (Alvarez, 2015). Para a autora o plano global (no qual estariam representados a crise de reprodução do capital, a reestruturação produtiva, as políticas neoliberais e a financeirização) e o plano da metrópole (manifestado na necessidade de transformação material da metrópole de modo a torna-la plástica e flexível para

atender à circulação) representam elos deste processo (Alvarez, 2015). Para a autora “tal condição pressupõe um momento de desvalorização do que está constituído e a revalorização através de novos usos, edificações e infraestrutura. De tal sorte, as transformações intraurbanas em São Paulo têm sido muito significativas nas últimas décadas [...]” (Alvarez, 2015, p.71).

A autora defende que a metrópole de modo geral, ainda que de modo seletivo, se insere no mercado financeiro como lastro da financeirização (Alvarez, 2015). Essa inserção tem como características:

a) uma crise geral de acumulação dificultando a reprodução ampliada do capital na esfera produtiva e gerando profundas transformações sócio-espaciais; b) o amadurecimento da internacionalização dos mercados, dos fluxos econômicos e das corporações transnacionais; c) a financeirização da riqueza; d) o fortalecimento de práticas predatórias de acumulação, como fraudes, ações especulativas, espionagem, privatizações, expropriações, desvalorização de ativos e, e) expansão do processo de proletarização, ao mesmo tempo em que ocorre sua desvalorização, com perda de direitos e de mínimas garantias sociais (Alvarez, 2010, p.02).

Para a autora, a acessibilidade e a infraestrutura que essas áreas possuem dão lugar a uma nova urbanização (Alvarez, 2010). A questão da propriedade privada do solo seria o elemento primordial nessa revalorização, especialmente devido a seu monopólio (Alvarez, 2010). Diversos espaços da Metrópole de São Paulo caracterizam este processo, como Barra Funda, Santo Amaro, Marginal Pinheiros e Vila Olímpia, com a produção de edifícios corporativos de alto padrão ou outros espaços como Mooca e Brás com o crescimento de áreas residenciais de diversos padrões (Alvarez, 2010). “Ao longo do Rio Tamanduatei, em direção ao ABC paulista, temos a presença significativa ainda de indústrias, mas também sua substituição por centros de distribuição e logística, empreendimentos residenciais, shopping-center” (Alvarez, 2010, p.05). Esta lógica de valorização e revalorização da metrópole provoca algumas consequências profundas, como:

[...] imóveis vazios e população sem casa, moradias precárias e bairros hiperluxuosos, concentração de serviços públicos e

empregos, e deslocamento em massa de população trabalhadora, ruínas industriais e novos edifícios corporativos e/ou residenciais, contêm morfologias e fluxos que revelam momentos da produção e reprodução do espaço da metrópole e, sobretudo, o papel estratégico da reprodução do espaço no momento atual, exacerbando a luta entre apropriação/uso e o sentido produtivo do espaço como produção de valor (Alvarez, 2014, p.270).

Mais especificamente no último período este conjunto de processos ganha novos contornos. Elementos como a:

[...] segregação social, os projetos de renovação da área central, a abertura e construção de vias, especialmente o rodoanel, os programas chamados de recuperação ambiental, como criação de parques e de recuperação de mananciais, as obras para a Copa de 2014, as remoções de favelas, permitem dizer que a metrópole de São Paulo vive uma expressiva transformação intraurbana. Ainda que a mancha urbana tenha crescido em fragmentos, especialmente na zona sul e oeste, são as transformações internas (impulsionadas por planos e projetos urbanos) à área consolidada da metrópole que mais se destacam (Alvarez, 2014, p.272-273).

Teria havido, neste sentido, uma mudança mais profunda nos termos de produção e reprodução da metrópole:

O que parece estar posto é que as conquistas dos movimentos sociais da década de 1980, que levaram à promulgação de uma estrutura legal (Estatuto da Cidade de 2001, Planos Diretores Municipais e leis complementares), que visava a assegurar legalmente a permanência da população pobre em condições melhores de assentamento e, sobretudo, a regularização fundiária da posse da terra foram, no mínimo, insuficientes para coibir o avanço dos projetos especulativos e garantir o direito à moradia e à permanência. Ao contrário, o momento atual parece indicar que a crise capitalista coloca a reprodução do espaço no centro da reprodução do capital e que esta requer a mobilização da terra e da propriedade num tal grau que mesmo algumas áreas periféricas são incorporadas à lógica da valorização (Alvarez, 2014, p.275-276).

A autora trabalha a hipótese “de que a necessidade de mobilizar a propriedade privada, como lastro do processo de financeirização, tem transformado a metrópole paulista num verdadeiro canteiro de obras, não

apenas nas áreas mais centrais e valorizadas, mas também em parcelas da periferia” (Alvarez, 2014, p.289).

2.6 O papel do Estado

Particularmente, o papel do Estado ganha um novo sentido. As operações urbanas se proliferam, o que significa mudar a legislação de modo a adaptar o aparato estatal para as novas necessidades. Como consequência deste processo, as remoções, violentas ou não, se tornam cada dia mais recorrentes.

Ana Fani A. Carlos cita além das operações urbanas o *Projeto Minha Casa, Minha Vida*, que juntos, “evidenciam, ao mesmo tempo, a abertura de novos negócios pelo movimento de expansão da base social de consumo em momentos de crise e as novas estratégias de reprodução do capital no espaço baseadas na valorização fundiária, imobiliária e estatista que realizam a privatização tendencialmente completa da política urbana, realçando o papel do Estado como coordenador do processo de produção do urbano como negócio lucrativo” (Carlos, 2015a, p.10).

Isabel A. P. Alvarez ressalta o poder de normatização do uso do espaço através de zoneamentos como elemento que revela a necessidade de intervenção do Estado. Neste processo de dominância do capital financeiro “a forte presença dos fundos de pensão e dos fundos de investimento imobiliário” (Alvarez, 2014, p.291) expressa o novo momento da produção do espaço na metrópole. A autora destaca ainda a promulgação do Estatuto da Cidade e os Planos Diretores Municipais, nos quais estava colocada a discussão acerca da função social da propriedade.

O estatuto contempla ainda dois instrumentos de notória relação com a possibilidade de mobilizar a propriedade fundiária: as operações urbanas consorciadas e a outorga onerosa do direito de construir (artigos 28 ao 32). Esses instrumentos, associados a medidas legais e macroeconômicas, como as normas legais de securitização de dívidas imobiliárias, a facilitação legal de entrada e saída de investimentos estrangeiros, o aumento da taxa de juros, a abertura de capital das principais construtoras e incorporadoras na bolsa de valores, as obras relativas à Copa do Mundo, têm impulsionado profundas modificações na metrópole, com direcionamento de investimentos públicos e privados, em projetos de

reestruturação e requalificação urbana, em áreas de valorização mais centrais, mas também avançando para porções da periferia, num processo de absorção desses espaços a uma lógica de valorização que se generaliza e que impede os mais pobres de conseguir pagar o aluguel, tendo que se direcionar para áreas cada vez mais distantes, reproduzindo o padrão periférico de expansão urbana (Alvarez, 2014).

Cesar R. S. Santos ressalta o caráter violento do papel do Estado nas Operações Urbanas Nova Faria Lima e Águas Espraiadas. “A nova cara da ‘metrópole terciária’ não foi construída sem a violência dos despejos e dos tratores que apagaram os registros e a memória do espaço anterior” (Santos, 2015, p.37). Desta forma se abriu caminho para os capitais ociosos (Santos, 2015). “O potencial de valorização do espaço passa pela liberação desse espaço aos investimentos privados através de uma atuação específica do poder público” (Santos, 2006, p.117). O Estado seria o único agente capaz de intervir na remoção através do poder da lei e da força (Santos, 2006).

Esse mecanismo diferencia-se dos tradicionais investimentos nos títulos públicos porque toma a valorização do espaço urbano como fonte da rentabilidade das inversões financeiras. Para fechar a ciranda financeira das Operações Urbanas, os investidores, como uma espécie de “recompensa” suplementar pelo investimento na viabilização das obras, além de receberem os direitos de propriedade dos terrenos às margens da nova avenida após o término das obras, como se não bastasse, receberam também o direito de construir acima do permitido pela lei de zoneamento – uma verdadeira exceção aberta aos “parceiros” do “progresso da cidade de São Paulo” (Santos, 2006, p.118-119).

Como resultado da Operação Urbana, uma série de terrenos foram disponibilizados para investimentos imobiliários, o que recolocou a área no circuito de valorização imobiliária (Santos, 2006). “A partir da força de lei do Estado, os espaços do urbano são aniquilados, em forma e conteúdo, para serem liberados posteriormente para novos ciclos de acumulação. Com isso, a história materializada naqueles espaços, as populações residentes e o cotidiano

se perdem (ou são expulsos para novas periferias) na reordenação espacial urbana” (Santos, 2006, p.119).

2.7 Em resumo

Como vimos, temos aqui uma hipótese: o espaço, especialmente o espaço urbano, cumpre um novo papel na acumulação capitalista. O novo conteúdo da urbanização contemporânea se deve ao fato de a acumulação realizar-se sob a forma financeira e preferencialmente através da reprodução do espaço urbano. A incorporação de novas produções, como a do espaço urbano, seriam a saída do capital para sua crise de sobreacumulação. Sendo assim, a própria cidade se torna um negócio e não se resume mais a um lugar dos negócios, ou um lugar que concentra atividades econômicas. Isto faz com que o espaço urbano seja o elemento central da problemática do mundo moderno.

Através da trajetória desta corrente e de uma hipótese elaborada por um grupo que a compõe é possível estabelecer um diálogo no sentido de caracterizar o mundo contemporâneo. Da grande quantidade de elementos que compõe essa hipótese, particularmente a relação entre o capital produtivo e as cidades e o processo de financeirização aparecem como aspectos estruturais do grande conjunto de transformações no capitalismo mundial após a década de 1970.

Cabe agora investigar mais de perto estes processos por meio de um diálogo com outros autores que fazem parte do pensamento crítico contemporâneo. Veremos que é possível problematizar essa hipótese ao mesmo tempo aprofundando-a e expandindo seus limites.

Síntese da Parte I

Nesta Parte I acompanhamos a trajetória de uma corrente de pensamento que se forma dentro da Geografia Crítica Brasileira, assim como uma formulação possível para compreender o capitalismo contemporâneo por parte de um grupo de pesquisadores que a compõe.

Do primeiro contato com o marxismo ainda na década de 1970 a Corrente passou à caracterização específica como uma corrente lefebvriana nas décadas seguintes. Entre os muitos produtos desta trajetória temos uma hipótese viva para explicar o mundo atual.

A partir da base Marx-Lefebvre foi necessário incorporar uma série de estudos de modo a acompanhar as enormes transformações após a década de 1970. Sobretudo o elemento financeiro e o mercado imobiliário ganham um destaque nas elaborações mais recentes, o que coloca o debate com a economia política em outro patamar. Veremos adiante as questões que se abrem a partir destes novos elementos.

PARTE II – ELEMENTOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO: O PENSAMENTO MARXISTA INTERNACIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO CAPITALISMO APÓS A DÉCADA DE 1970

A hipótese que delimitamos na Parte I apresenta uma trajetória particular dentro da Geografia Crítica que engloba uma série de influências do pensamento crítico, mas particularmente do pensamento marxista. Como pudemos observar, além da influência da obra de Marx o pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre tem um papel central tanto na conformação da corrente quanto nas formulações que esta desenvolveu para explicar o mundo contemporâneo.

Para problematizar esta hipótese recorreremos a três elementos: a hipótese lefebvriana e a história do pensamento marxista (Capítulo 3), a história recente do capitalismo (Capítulo 4) e a teoria marxiana do capital financeiro (Capítulo 5).

No primeiro caso, a ideia é buscar, nas raízes lefebvrianas da hipótese, alguns elementos que são a base para a explicação do mundo contemporâneo. Isto se fará por meio de uma localização de Henri Lefebvre nos debates dentro do marxismo de seu tempo além de um olhar especial para o urbano em sua obra.

No segundo caso, buscaremos estabelecer um diálogo com as elaborações de François Chesnais. O autor vem desenvolvendo uma série de estudos acerca do processo de mundialização desde os anos 1990 e se tornou uma referência para o marxismo contemporâneo no tema. Seus estudos podem contribuir para a compreensão do processo de financeirização de uma forma distinta, ainda que não conflitante, da que vem sendo feita na Geografia.

Por fim, voltaremos à Marx com o intuito de encontrar algumas elaborações teóricas não diretamente abordadas na hipótese, mas que contribuem particularmente para o debate contemporâneo acerca do capital financeiro, acrescentando elementos teóricos que complementam o processo histórico desenvolvido por Chesnais.

CAPÍTULO 3 – PRIMEIRO ELEMENTO: HENRI LEFEBVRE E O PENSAMENTO MARXISTA INTERNACIONAL

A trajetória particular de Henri Lefebvre em seus embates dentro do pensamento marxista de seu tempo pode nos revelar uma série de elementos fundamentais para a compreensão de suas elaborações. Localizar Lefebvre no marxismo do século XX pode ajudar a identificar elementos estruturantes de algumas das ideias que nos serão de particular interesse, em especial aquelas que giram em torno do urbano e que influenciaram mais diretamente a hipótese.

3.1 Henri Lefebvre e o marxismo de seu tempo

Com efeito, a história das ideias, e particularmente a história das ideias políticas, se ocupa, sobretudo, em desvendar o significado e a intenção dos pensadores, assim como os contextos originais e as referências de seu pensamento, ocultos sob as reinterpretações póstumas (Hobsbawm, 1989, p.16).

Não convém aqui resgatar toda a história do marxismo. Além de se tratar de um tema muito vasto e complexo não corresponde ao objetivo da pesquisa. Interessa particularmente o marxismo dos tempos de Lefebvre e sua influência no pensamento marxista contemporâneo.

É muito difícil estabelecer uma periodização e encontrar análises que nos permitam um fio condutor que não perca de vista o todo nem seja superficial e panorâmico demais. Neste sentido, a obra de dois historiadores marxistas britânicos, que apresentam biografias que se confundem com a própria história do século XX, nos servirão de base neste percurso: Eric Hobsbawm e Perry Anderson. Alguns de seus trabalhos representam valiosos esforços no sentido de encontrar uma unidade na diversidade do pensamento marxista internacional, considerando sempre o movimento da realidade, já que, como lembra Perry Anderson, uma investigação do pensamento marxista deve necessariamente considerar as condições concretas da luta de classes nacionais e internacionais:

De um lado, o destino do materialismo histórico, em qualquer período dado, precisa antes de tudo ser situado dentro da intrincada trama das lutas de classe nacionais e internacionais que o caracterizam, e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentos de pensamento. A teoria marxista, aplicada à compreensão do mundo, sempre pretendeu uma unidade assintótica com uma prática popular capaz de transformá-la. Portanto, a trajetória da teoria tem sido sempre determinada primariamente pelo destino dessa prática. Inevitavelmente, então, qualquer comentário sobre o marxismo da década passada será antes de tudo uma história política do seu ambiente externo (Anderson, 1985, p.17-18).

Apesar das diferentes abordagens, é perfeitamente possível encontrar nas análises de Perry Anderson e Eric Hobsbawm, em distintos momentos da história, uma análise crítica do pensamento marxista que se complementa. A visão do todo é um elemento que se destaca, ainda que a concentração das análises muitas vezes corresponda aos grandes centros do capitalismo mundial.

A escolha de uma abordagem “externa” ao pensamento Lefebvriano e à História do Pensamento Geográfico procura dialogar com o pensamento marxista como um todo, independentemente das ciências parcelares e buscando romper com uma visão única do processo. Tanto na discussão acerca da mundialização quanto na busca de entendimento do processo histórico de desenvolvimento do pensamento marxista a escolha foi feita mirando o diálogo entre distintas tradições.

Apesar de o registro de suas relações ter sido “[...] complexo, tenso e irregular, fendido por múltiplas rupturas, deslocamentos e pontos sem saída” (Anderson, 1985, p.13), o que torna esse percurso bastante complicado, veremos que é possível compreender muitas das grandes dificuldades do pensamento marxista contemporâneo fazendo esta regressão. O objetivo deste movimento é encontrar alguns pilares, algumas raízes, do pensamento crítico que embasa a hipótese que se encontra em investigação para o capitalismo contemporâneo.

Este tipo de pesquisa exige que se utilize os métodos marxistas para a explicação do próprio marxismo. Os critérios de cientificidade aplicados pelos marxistas, como “[...] critérios de evidência e verdade racionalmente controláveis” (Anderson, 1985, p.18), permitem compreender seu próprio desenvolvimento:

O que é distintivo no tipo de crítica representada em princípio pelo materialismo histórico é que ele inclui, indivisível e ininterruptamente, autocrítica. Isto é, o marxismo é uma teoria da história que, ao mesmo tempo, reivindica proporcionar uma história da teoria. Um marxismo do marxismo estava inscrito em sua constituição desde o início, quando Marx e Engels definiram as condições de suas próprias descobertas intelectuais como a emergência das contradições de classe determinadas da sociedade capitalista, e seus objetivos políticos não apenas como 'um estado ideal de coisas', mas como gerados pelo 'movimento real das coisas' (Anderson, 1985, p.14-15).

A trajetória que analisaremos a partir de agora é a trajetória de uma nova espécie de teoria marxista que surge em boa parte dos países do mundo (Anderson, 1985). Alemanha, Itália e França foram os territórios nos quais o marxismo mais ganhou espaço entre 1918 e 1968 (Anderson, 1985). “A natureza desse marxismo só poderia estar marcada pelos desastres que o acompanharam e circunscreveram” (Anderson, 1985, p.19-20). Três ondas de derrotas foram responsáveis pelo destino do Marxismo neste período:

[...] primeiro, a insurgência proletária na Europa Central, logo após a Primeira Guerra Mundial – na Alemanha, Áustria, Hungria, Itália –, foi rechaçada entre 1918 e 1922, de modo tal que o fascismo em uma década emergiu triunfante em todos esses países. Segundo, as Frentes Populares do final dos anos 30, na Espanha e na França, foram desmontadas com a queda da República Espanhola e o colapso da esquerda na França, que preparou o caminho para Vichy dois anos depois. Finalmente, os movimentos da Resistência, liderados pelos partidos comunistas e socialistas de massas, se dispersaram através da Europa Ocidental em 1945-46, incapazes de traduzir sua ascendência na luta armada contra o nazismo em uma posterior hegemonia política duradoura. O longo desenvolvimento do pós-guerra subordinou então, gradual e inexoravelmente, o trabalho ao capital nas democracias parlamentares estabilizadas e nas emergentes sociedades de consumo da OCDE. Foi dentro dessa estrutura global de coordenadas históricas que se cristalizou uma nova espécie de teoria marxista (Anderson, 1985, p.19).

O resultado geral deste processo foi o rompimento dos laços que uniam a teoria marxista, os sindicatos, os partidos revolucionários e o movimento popular (Anderson, 1985).

Especialmente no pós-guerra o capitalismo experimentará um período de crescimento exorbitante. Os regimes fascistas vão dando lugar a democracias parlamentares e a estabilidade econômica toma lugar das crises catastróficas como a de 1929 (Anderson, 1976). Neste período, “[...] o capitalismo mundial experimentou um longo ‘boom’ de dinamismo sem precedentes e a mais rápida e próspera fase de expansão da sua história” (Anderson, 1976, p.41), o que representou “[...] uma época de consolidação objectiva sem par do capital em todo o mundo industrial avançado” (Anderson, 1976, p.63).

A geração de marxistas que viverá esta transição terá, segundo Perry Anderson (1976), alguns traços característicos comuns. Autores marxistas como o francês Jean-Paul Sartre, o italiano Antonio Gramsci, o alemão Theodor Adorno e o húngaro Georg Lukács representam o que o autor chama de “marxismo ocidental”, um produto da derrota, do isolamento político e do desespero⁵ (Anderson, 1976). A Escola de Frankfurt representa, segundo esta concepção, mais claramente o processo de divórcio estrutural com a prática política (Anderson, 1976), mas esta seria a característica de praticamente toda a teoria marxista produzida no período posterior. “Os lugares do marxismo enquanto discurso se deslocaram gradualmente dos sindicatos e dos partidos políticos para institutos de pesquisa e departamentos universitários” (Anderson, 1985, p.20). As universidades se tornariam “[...] baluartes simultaneamente de refúgio e de exílio das lutas políticas do mundo exterior” (Anderson, 1976, p.67). Até a geração do “marxismo ocidental”, os grandes teóricos do pensamento

⁵ “Os seus mais importantes trabalhos foram produzidos, sem excepção, em situações de isolamento político e de desespero. História e Consciência de Classe, de Lukács (1923), foi escrito no exílio em Viena, enquanto o terror branco mostrava toda a sua violência na Hungria após a supressão da Comuna Húngara. Os Escritos da Prisão de Gramsci nasceram numa cela perto de Bari, depois da repressão definitiva do movimento operário italiano pelo fascismo triunfante. Os dois mais importantes trabalhos da Escola de Frankfurt foram publicados no momento de pior reacção política na Alemanha Ocidental e nos Estados Unidos, depois da Guerra: o livro de Adorno Mínima Moralía (1951) no ano em que se iniciou o processo formal de extinção do KPD, na Alemanha Ocidental; Eros e Civilização, de Marcuse (1954), durante a histeria do maccarthysmo na América. Em França, a Crítica de Razão Dialéctica de Sartre (1960) foi publicada após o sucesso do golpe gaulista de 1958, e no período mais agudo da Guerra da Argélia, quando a maior parte da classe trabalhadora francesa (dirigida pelo PCF) se mantinha passiva e inerte, enquanto os ataques terroristas da OAS se abatiam sobre os poucos indivíduos que resistiam activamente à Guerra. Foi também nestes anos que Althusser iniciou a produção dos seus primeiros e mais originais estudos: Contradição e Sobredeterminação (1962), o mais significativo de entre eles, coincidiu com a instalação autoritária do Governo presidencialista e com a total consolidação política da V República. Esta lista ininterrupta de derrotas políticas para a luta operária e para o socialismo não podia deixar de exercer profundos efeitos na natureza do marxismo constituído nesta época” (Anderson, 1976, p.59).

marxista tinham, invariavelmente, uma relação direta com as organizações políticas: “[...] os primeiros três teóricos importantes da geração pós-1920 – Lukács, Korsch e Gramsci, os verdadeiros progenitores de todo o modelo do marxismo ocidental foram todos inicialmente importantes dirigentes políticos nos seus respectivos partidos” (Anderson, 1976, p.43).

Perry Anderson destaca também como marcas típicas do marxismo ocidental o ceticismo e o pessimismo⁶, além de uma falta de clareza de seus corolários e suas conclusões (Anderson, 1976).

Um tema fundamental abordado por Perry Anderson (1976), mas que não tem caráter de centralidade em sua obra, e que hoje parece ganhar mais força, é a contestação dentro e fora do marxismo da teoria do valor de Marx. Este tema (muitas vezes expresso na polêmica entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, na produção de mercadorias intangíveis, na diminuição relativa do trabalhador industrial ao passo que aumenta uma série de trabalhadores de setores intermediários e na materialidade do dinheiro) tem especial importância para uma análise do capitalismo contemporâneo.

Perry Anderson defende que, apesar de a origem dos membros do marxismo ocidental não diferir das de seus antecessores, haveria entre as gerações uma “Geografia” diferente. O que o autor chama de Geografia aqui é uma espécie de regionalização das ideias na escala internacional. O contraste estaria na migração dos principais expoentes do marxismo da Europa Oriental e

⁶ Perry Anderson destaca dois marcos do pessimismo no marxismo: “Foi Benjamin quem melhor expressou a constante percepção da história pela Escola de Frankfurt, numa linguagem que teria sido quase incompreensível para Marx ou para Engels: ‘Eis como retratamos o anjo da história. A sua face está virada para o passado. Onde nós percebemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma única catástrofe que mais não faz do que empilhar naufrágio sobre naufrágio e os atira para diante dos pés. O anjo gostaria de permanecer nesse lugar, de acordar os mortos e reconstruir o que foi destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso: tomou as suas asas com tal violência que o anjo não as pode já fechar. Esta tempestade impele-o irresistivelmente para o futuro, para o qual as suas costas estão voltadas, enquanto o amontoado de escombros que se lhe depara cresce em direção ao céu. Esta tempestade é aquilo a que chamamos progresso” (Anderson, 1976, p.117). Sartre expressaria também de forma singular o pessimismo: “Na reciprocidade modificada pela penúria, o nosso homem aparece-nos como o contra-homem, na medida em que este mesmo homem surge como radicalmente outro, quer dizer, como portador de uma ameaça de morte para nós. Por outras palavras, nós compreendemos perfeitamente os seus fins (são os nossos), os seus meios (também os compartilhamos), a estrutura dialéctica dos seus actos; mas nós compreendemo-los como se se tratasse das características de uma outra espécie, o nosso duplo demoníaco. Com efeito, nenhum ser – nem as grandes feras nem os micróbios – é tão mortal para o homem como o é uma espécie inteligente, carnívora e cruel, capaz de compreender e iludir a inteligência humana, e cujo fim é precisamente a destruição do homem. É evidente que esta espécie é a nossa própria espécie, que cada homem encarna em relação aos outros no ambiente de escassez” (Anderson, 1976, p.118-119).

Centro-Oriental (com destaque para Viena e Praga na II Internacional) para a Europa Ocidental (Anderson, 1976).

A I Guerra Mundial, o Fascismo e a II Guerra foram os processos que formaram em sua maioria os membros desta geração (Anderson, 1976). Desta segunda geração, formada especialmente após o fascismo e a II Guerra:

[...] o primeiro a descobrir o materialismo histórico foi Lefebvre (figura sob muitos aspectos fora do comum neste grupo), que aderiu ao Partido Comunista Francês em 1928. Adorno, mais novo uma década que Marcuse ou Benjamin, parece ter-se virado para o marxismo só depois da tomada do poder pelos nazis, em 1933. Sartre e Althusser, embora de idades bastante diferentes, parecem ter-se radicalizado, ao mesmo tempo, pelo impacto da Guerra Civil espanhola, pelo descalabro francês de 1940 e pela prisão na Alemanha. Ambos completaram a sua evolução política depois de 1945, durante os primeiros anos da guerra fria; Althusser aderiu ao PCF em 1948, enquanto Sartre, por seu turno, se juntou ao movimento comunista internacional em 1950. Goldmann foi atraído pela obra de Lukács antes e durante a II Guerra Mundial, encontrando-o na Suíça depois da Guerra, em 1946. Della Volpe constitui uma excepção cronológica que, não obstante, confirma o modelo político da geração: embora no que diz respeito ao grupo de idades seja membro da primeira geração, em nada foi tocado pela I Guerra Mundial, estando mais tarde comprometido com o fascismo italiano, e só tardiamente se moveu em direcção ao marxismo, em 1944-45, no fim da II Guerra Mundial, já perto dos cinquenta anos. Finalmente, descortinamos um único caso que possa delimitar uma terceira geração: Colletti, que era demasiado novo para ser marcado profundamente pela II Guerra Mundial, e se tornou discípulo de Della Volpe no período posterior à Guerra, aderindo ao PCI em 1950 (Anderson, 1976, p.41).

Em 1928, os intelectuais mais jovens do primeiro grupo, dos quais faziam parte Nizan, Lefebvre, Politzer, Guterman e Friedman, entraram para o partido, em grande parte devido à ruptura com “[...] a esterilidade e o tacanho espírito paroquial, bairrista, da filosofia oficial francesa, tendo originalmente simpatizado com o surrealismo” (Anderson, 1976, p.51). Entretanto, essa entrada no partido se deu no momento final de stalinização e burocratização do partido (Anderson, 1976).

O partido encontrado por estes intelectuais se configurava em um ambiente extremamente antidemocrático. As possibilidades de debate intelectual sofriam fortes pressões políticas e as decisões políticas de fato ocorriam na direcção do partido Internacional em Moscovo. Perry Anderson lembra que as

decisões acabavam “não sendo sequer acessíveis à direcção nacional do Partido em França” (Anderson, 1976, p.51).

Diante deste cenário, a atividade dos intelectuais tomou os mais variados rumos. Enquanto Politzer se tornava um obediente funcionário do PCF e Nizan se rebelava até ser expulso:

[...] Lefebvre manteve um nível e um volume relativamente altos de produção escrita e a pública afirmação da sua fidelidade ao PCF. Pôde fazê-lo graças a uma inovação táctica que se tornaria mais tarde amplamente característica dos teóricos marxistas que lhe sucederam na Europa ocidental: dar a César o que é de César – lealdade política, combinada com um trabalho intelectual suficientemente dissociado dos problemas centrais da estratégia revolucionária de forma a escapar ao controle ou à censura directa. Os mais importantes escritos de Lefebvre nos anos trinta eram de carácter fundamentalmente filosófico, a um nível de abstracção que poderia ser contido no interior dos limites da disciplina do partido. A publicação da sua obra mais importante, *O Materialismo Dialéctico*, adiada três anos após a sua composição, foi acolhida oficialmente com suspeição; pelo seu tom e pelas suas preocupações, pode situar-se algures entre o estilo directo original dos primeiros tempos de Lukács, com os seus apelos explícitos à “história”, e o estilo evasivo contemporâneo de Horkheimer, com os seus cada vez mais ilusórios apelos à “crítica teórica”. Embora lido em Paris por Benjamim (com quem compartilhou a simpatia pelo surrealismo), Lefebvre permaneceu internacionalmente isolado nos últimos anos da década de trinta; na própria França o seu exemplo foi único (Anderson, 1976, p.51-52).

A resistência francesa à ocupação nazista permitiu um enorme crescimento do marxismo na França. Particularmente o Partido Comunista Francês capitalizou o processo e chegou a mais de 300.000 militantes, com enorme influência de massas no país (Anderson, 1976). “Após 1945, a sua superioridade organizativa no movimento operário francês era avassaladora, daí resultando o rápido crescimento do seu poder de recrutamento e de atracção de intelectuais. Politzer tinha sido morto durante a resistência; Nizan tinha morrido em Dunquerque. Lefebvre ficou como o mais destacado e prolífero filósofo do Partido nos dez anos que se seguiram” (Anderson, 1976, p.52).

Ao passo que crescia a influência do Partido na sociedade francesa, também cresciam os mecanismos de controle sobre divergências políticas nos anos da Guerra Fria (Anderson, 1976).

A revolta húngara de 1956 levou Sartre a uma espectacular ruptura com o PCF, e daí em diante desenvolveu o seu trabalho teórico fora de qualquer enquadramento ou referência partidária, como filósofo e jornalista individual claramente desligado das massas. Entretanto, no próprio Partido Comunista, as repercussões do XX Congresso do PCUS e da revolta húngara tinham levado finalmente Lefebvre a uma oposição activa, sendo excluído do Partido em 1958. Estes anos viram o nadir da passividade política do PCF durante a Guerra da Argélia (Anderson, 1976, p.54).

Para Perry Anderson, por diversos caminhos – “[...] incorporação formal nos partidos operários (Lukács, Della Volpe, Althusser), o abandono destes (Lefebvre, Colletti), o diálogo fraterno com eles (Sartre), ou a renúncia explícita a qualquer ligação (Marcuse, Adorno)” (1976, p.60) – esta geração de marxistas não foi capaz de manter unida a teoria marxista e a luta política. É nesta geração que a teoria marxista migra das organizações políticas para as universidades:

Lukács ensinou no Círculo Galileu (extrema-esquerda) em Budapeste, durante a I Guerra Mundial, e Korsch deu conferências na Karl Marx Schule, de Berlim, nos anos vinte. A criação do Instituto de Investigação Social em Frankfurt - instituição independente, embora ligada à Universidade do Estado local - marcou uma fase de transição na República de Weimar. Contudo, antes do fim da II Guerra Mundial, a teoria marxista tinha migrado quase completamente para as universidades – baluartes simultaneamente de refúgio e de exílio das lutas políticas do mundo exterior. Neste período, Lukács, Lefebvre, Goldmann, Korsch, Marcuse, Della Volpe, Adorno, Colletti e Althusser ocuparam todos cargos de professores universitários; Sartre, que dava os primeiros passos na carreira universitária, abandonou-a após ter tido êxito como escritor. Em todos os casos, a disciplina que ensinaram profissionalmente foi a filosofia (Anderson, 1976, p.67-68).

As características que o marxismo ocidental assume tem influência direta sobre Henri Lefebvre e suas elaborações. Como pudemos perceber, Lefebvre

teve durante certo tempo uma atividade intelectual dentro do Partido Comunista Francês mais voltada para o campo filosófico, propositalmente distante da esfera imediata da política, em grande parte devido à perseguição.

A ruptura com o partido e a manutenção da perspectiva materialista dialética fez de Lefebvre um intelectual isolado dentro da trajetória de sua geração:

Nenhuma mudança intelectual é sempre universal. Pelo menos uma exceção, para guardar a honra, ressalta-se contra a guinada geral de posições nesses anos. O mais antigo sobrevivente da tradição marxista ocidental por mim discutida, Henri Lefebvre, não se dobrou nem se desviou na sua oitava década de vida, continuando a produzir um trabalho imperturbável e original sobre temas tipicamente ignorados por boa parte da esquerda. Contudo, o preço de tal constância foi um relativo isolamento (Anderson, 1985, p.36).

As principais elaborações sobre o urbano e a vida cotidiana, que serão de especial importância para a Geografia Urbana Lefebvrina da USP, se darão neste período – particularmente após sua saída do partido em 1958.

3.2 As elaborações de Lefebvre sobre a cidade e o urbano

Lefebvre, em *O direito à cidade*, parte de uma “tese: a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (2011, p.14). Dessa tese podemos inferir que a ampliação do capitalismo corresponde à destruição da cidade com o sentido dado por Lefebvre, como valor de uso, espaço de vivência.

A acumulação de capital, a expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil e do mundo da mercadoria seriam responsáveis pela ruptura da cidade preexistente (Lefebvre, 2011). A industrialização seria, portanto, responsável por uma mudança radical da cidade. Ao mesmo tempo, Lefebvre considera industrialização e urbanização como partes de um mesmo processo conflitante, em choque violento (Lefebvre, 2011).

A disseminação generalizada da especulação imobiliária, a extensão do urbano pelo território, o amontoamento das populações, a deterioração de antigas cidades, o crescimento das periferias seriam expressão da morte da cidade, de sua implosão-explosão (Lefebvre, 2011, p.18).

Com a indústria, o valor de troca se viu ampliado virtualmente de forma ilimitada (Lefebvre, 2011). A mercadoria superou todas as barreiras.

A indústria estaria vinculada à cidade? Ela estaria, antes de mais nada, ligada à não-cidade, ausência ou ruptura da realidade urbana. Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta – como se diz – próxima às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento (Lefebvre, 1991b, p.25).

Para Lefebvre a indústria é responsável pelo avesso da cidade, ao mesmo tempo em que pela disseminação do urbano⁷. “Estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria” (Lefebvre, 1991b, p.25).

A chegada da indústria à cidade produziu também um modo de viver. A cidade passa a ser o lugar do consumo ao mesmo tempo em que é também consumida como uma mercadoria. Para Lefebvre esse momento marca a passagem da importância da produção para o consumo. Junto com o urbanismo vendem uma ideologia da felicidade através do consumo. O urbanismo representa, portanto, a racionalidade industrial aplicada à cidade. Esse modo de viver programado é chamado por Lefebvre de cotidiano.

Com o cotidiano a publicidade passa a representar a linguagem da mercadoria levada à mais alta elaboração, um modo de existência do objeto

⁷ Os termos “cidade” e “urbano” serão utilizados aqui de acordo com as elaborações de Henri Lefebvre, respectivamente, para designar o período anterior e posterior ao processo de industrialização.

trocado e do valor de troca (Lefebvre, 1991a). A publicidade ganha a importância de uma ideologia, a ideologia da mercadoria (Lefebvre, 1991a).

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das 'satisfações' que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela (Lefebvre, 2011, p.118).

Nesse sentido, a vida perde o sentido e o mal-estar se generaliza (Lefebvre, 2011). Hoje podemos notar que este fenômeno parece ter se fortalecido, a insatisfação é acompanhada de uma crise generalizada dos “valores”, das ideias, da filosofia, da arte, da cultura. O que vemos é um enorme vazio, um vazio de sentido (Lefebvre, 1991a, p.89). “A contragosto, o membro das classes médias pressente que na sociedade de consumo o consumidor é consumido. Não ele, em carne e osso, que continua tão livre quanto o proletário. Não ele, mas o seu tempo de viver” (Lefebvre, 1991a, p.103). Lefebvre introduz aqui a ideia de reprodução das relações de produção.

O estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos (Lefebvre, 1991a, p.24).

Juntamente com a discussão em torno da reprodução, Lefebvre resgata aqui o sentido mais amplo dado por Marx ao termo “produção”. Tanto nos seus primeiros textos, quanto na introdução dos *Grundrisse* Marx utiliza o termo “produção” para designar, por exemplo, a produção dos próprios indivíduos. No capítulo inédito de *O capital* aparece a expressão “reprodução das relações de produção”.

Na noção de 'produção' se reintroduz o sentido vigoroso do termo: produção de sua própria vida pelo ser humano. Além disso, o consumo reaparece no esquema, dependente da produção, mas com mediações específicas: a ideologia, a cultura, as instituições e organizações (Lefebvre, 1991a, p.39).

Surge aqui uma interessante discussão, que parece muito frutífera hoje, acerca do modo de viver, que estaria além do trabalho, na esfera privada da vida, no lazer. Para Lefebvre o cotidiano está diretamente ligado à derrota da classe operária e ao deslocamento do problema do interior da fábrica para a vida urbana. “O cotidiano se cristaliza há mais de um século, com o fracasso de cada tentativa revolucionária. Desse fracasso ele é efeito e causa” (Lefebvre, 1991a, p.86).

A burguesia como classe (mundial) conseguiu absorver ou neutralizar o marxismo, desviar as implicações práticas da teoria marxista (...). O papel e a contribuição histórica da classe operária se obscurecem com a sua ideologia. Surge uma nova mistificação: as classes médias não terão mais que uma sombra de poder, mais que uma migalha de riqueza, mas é em torno delas que o cenário se organiza. Seus 'valores', sua 'cultura' levam vantagem ou parecem levar porque são 'superiores' aos da classe operária (Lefebvre, 1991a, p.48).

As relações sociais concretas passam a ser melhor dissimuladas, “a prática social, a prática da reprodução se torna ‘inconsciente’ a perda de sentido adquire uma velocidade terrífica. É a perda de ‘identidade’ ao nível colectivo muito mais do que ao nível individual” (Lefebvre, 1973, p.22).

Apesar do enorme mal-estar, da deterioração da vida social, da consciência e da ação (Lefebvre, 1973, p.25), o modo de produção capitalista “se vai consumando, se vai realizando” (Lefebvre, 1973, p.5). Como? Produzindo espaço, nos responde Henri Lefebvre. Aquela visão de que a classe operária se fixaria no “negativo” e que a burguesia permaneceria feito estátua (Lefebvre, 1973, p.22), ou de que o crescimento levaria necessariamente à estagnação e à Revolução, não se confirmou (Lefebvre, 1973). O capitalismo demonstrou uma

elasticidade e uma capacidade de organização imprevistas, que o permitiram resistir às crises e convulsões revolucionárias (Lefebvre, 1973).

Onde estaria a chave para compreender essa resistência do capitalismo?
No cotidiano, como programação da vida, da perda de sentido.

A cotidianidade do 'íntimo' escondido no coração do cotidiano se identifica com a rápida e fugaz recuperação dos dias, semanas, meses que passaram, após a fadiga. Para todos, o sentido da vida é a vida desprovida de sentido; realizar-se é ter uma vida sem história, a cotidianidade perfeita. Mas é também não vê-la e fugir dela assim que for possível (Lefebvre, 1991a, 133).

A própria relação entre as classes se torna tema espinhoso, tanto no que diz respeito à análise do urbano quanto ao capitalismo contemporâneo.

O estatuto do proletariado tende a se generalizar, o que contribui para se diluírem os contornos da classe operária e para se ofuscarem os seus 'valores' e a sua ideologia. A exploração bem organizada da sociedade inteira atinge também o consumo, e não mais apenas a classe produtora. O capitalismo, efetivamente, 'adaptou-se' enquanto reclamava a adaptação das pessoas à 'vida moderna'. Antes, os empresários 'produziam' um pouco ao acaso, para um mercado aleatório. A empresa média e a familiar predominavam, fazendo acompanhar de uma harmonia burguesa o encantamento melódico: o canto da beleza dos ofícios, da qualidade, do trabalho bem-amado. Na Europa, depois da guerra, alguns homens dotados e inteligentes (Quais? Não interessa aqui.) perceberam a possibilidade de agir sobre o consumo e por meio do consumo, ou seja, de organizar e de estruturar a vida cotidiana. Os fragmentos da vida cotidiana se recortam, se separam em seu próprio 'terreno' e se acomodam como as peças de um quebra-cabeça. Cada um deles pressupõe uma soma de organizações e de instituições. Cada um deles – o trabalho, a vida privada e a vida familiar, os lazeres – é explorado de maneira racional, incluindo-se aí a novíssima organização (comercial e semiplanejada) dos lazeres (Lefebvre, 1991a, p.66-67).

Como sinal da contradição da discussão de classe Lefebvre lembra que “a classe operária e o seu papel parecem apagar-se, no entanto continuam sendo o último recurso” (1991a, p.80).

Entretanto, a grande questão da hipótese lefebvriana está na projeção

que faz para o futuro. Da industrialização como processo indutor Lefebvre defende que o fenômeno se inverte e a urbanização ganha em importância. Entre a cidade industrial e a “urbanização completa da sociedade” há um *ponto crítico*, uma transição. Essa “sociedade urbana”, entretanto, ao mesmo tempo em que a urbanização cresce, parece estar mais distante.

A sociedade urbana se anuncia muito tempo depois que a sociedade no seu conjunto balançou para o lado do urbano (da dominação urbana). Vem então o período em que a cidade em expansão prolifera, produto das periferias distantes (subúrbios), invade os campos. Paradoxalmente, nesse período em que a cidade se estende desmesuradamente, a forma (morfologia prático-sensível ou material, forma de vida urbana) da cidade tradicional explode em pedaços. O processo duplo (industrialização-urbanização) produz o duplo movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (estouro) [...]. É portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana (do urbano) (Lefebvre, 2011, p.77-78).

Como parte das hipóteses levantadas por Lefebvre no período, aparece o que o autor denomina de *sociedade burocrática de consumo dirigido*, momento no qual a urbanização e sua problemática dominam o processo de industrialização e o consumo passa a desempenhar um papel central.

Existe passagem de uma velha cultura alicerçada na limitação das necessidades, na 'economia' e na administração da escassez à nova cultura baseada na abundância da produção e na amplitude do consumo, mas através de uma crise generalizada. É nessa conjuntura que a ideologia da produção e o sentido da atividade criadora se transformaram em *ideologia do consumo*. Essa ideologia destituiu a classe operária de suas ideias e 'valores', conservando a superioridade para a burguesia, para a qual reservou a iniciativa. Ela apagou a imagem do 'homem' ativo, colocando em seu lugar a imagem do consumidor como razão de felicidade, como racionalidade suprema, como identidade do real com o ideal (do 'eu' ou 'sujeito' individual, que vive e que age, com o seu 'objeto') (Lefebvre, 1991a, p.64).

Com a definição de *sociedade burocrática de consumo dirigido*, “marcam-se assim o caráter racional dessa sociedade, como também os limites dessa

racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano para o qual dirige seu esforço a fim de se sentar sobre: o cotidiano” (Lefebvre, 1991a, p.68). Como fica então a possibilidade de superação da crise da cidade?

É essencial não mais considerar separadamente a industrialização e a urbanização, mas sim perceber na urbanização o sentido, o objetivo, a finalidade da industrialização. Por outras palavras, é essencial não mais visar ao crescimento econômico pelo crescimento, ideologia 'economista' que acoberta intenções estratégicas: o superlucro e a superexploração capitalistas, o domínio do econômico (aliás fracassado só por este fato) em proveito do Estado. Os conceitos de equilíbrio econômico, de crescimento harmonioso, de manutenção das estruturas (sendo as relações estruturadas-estruturantes as relações de produção e de propriedade existentes) devem se subordinar aos conceitos virtualmente mais poderosos de desenvolvimento, de racionalidade concreta que emerge dos conflitos. Orientar o crescimento na direção do desenvolvimento, portanto, na direção da sociedade urbana (...). Por conseguinte, isto quer dizer substituir a planificação econômica por uma planificação social, cuja teoria ainda não está elaborada (Lefebvre, 2011, p.124).

Lefebvre polemiza aqui ao mesmo tempo com duas posições. Uma visão economicista dentro do marxismo que via na relação capital-trabalho dentro das empresas e na luta econômica a única possibilidade da revolução e que tinha uma concepção de revolução puramente como sinônimo de estatização dos meios de produção. Essa posição se encontrava no comando da União Soviética. E também polemizava com a estratégia capitalista da cidade como lugar da produção e realização da mais-valia.

O projeto do direito à cidade procura abarcar esses dois debates. Lefebvre (2011) fala em superação do economicismo (tanto o liberal como o planificador), superação pela prática e na prática. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano pela e na sociedade urbana (Lefebvre, 2011, p.127). “Hoje principia a era da vida urbana, onde o valor de uso pode dominar o valor de troca, que ainda predomina sobre o uso e o valor de uso, nascidos no contexto agrário” (Lefebvre, 1991a, p.200).

Lefebvre traz a ideia de uma revolução urbana, que seria uma espécie de proposta de superação de uma revolução parcial, puramente no terreno

econômico. Estaria indicada assim “a emergência e a urgência de uma prática social nova, que não mais será a da ‘sociedade industrial’, mas a da sociedade urbana” (Lefebvre, 1991b, p.129).

Sem uma metamorfose da racionalidade no planejamento industrial, sem uma outra gestão da indústria, a produção não terá como finalidade e sentido a vida urbana, as necessidades sociais da sociedade urbana como tal. Nesse nível, portanto, é no plano da produção que se joga a partida e que a estratégia designa seus objetivos (Lefebvre, 1991a, p.216).

Para Lefebvre, “se é verdade que durante a época industrial o ‘princípio de realidade’ esmagou o ‘princípio do prazer’, não é chegado o momento da sua desforra, na sociedade urbana?” (1991b, p.84).

3.3 Em resumo

É possível observar que as análises centrais de Lefebvre acerca do urbano foram produzidas em um ambiente de isolamento e conflito, em uma relação com o marxismo ao mesmo tempo de pertencimento e distanciamento. As principais elaborações sobre o urbano são de certa forma um produto de uma ruptura com o marxismo burocrático e autoritário, entretanto, seu caráter isolado, ao mesmo tempo que representa um certo brilhantismo e pioneirismo de Lefebvre, expressa um debate insuficiente.

Lefebvre procurou não se deixar levar pelo ceticismo e pessimismo de sua geração. A saída que deu para isso, o Direito à cidade, aponta uma perspectiva válida ainda hoje. Alguns de seus prognósticos precisam, entretanto, ser complementados. O processo de financeirização talvez coloque novos elementos para a hipótese do ponto crítico. Porém, o que nos interessa de forma mais contundente nesta discussão é compreender em que medida as contribuições de Lefebvre podem ser continuadas através de novas elaborações. Certamente o desenvolvimento do capital financeiro se destaca como elemento central no conjunto das novas elaborações necessárias.

CAPÍTULO 4 – SEGUNDO ELEMENTO: A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Na Hipótese construída o processo de financeirização ganha destaque, especialmente em sua conexão com o mercado imobiliário. Vimos no capítulo anterior que este elemento não constava entre as elaborações centrais de Lefebvre, até mesmo porque o processo ainda se encontrava em gestação durante as últimas décadas de vida do autor.

Cabe, portanto, analisar mais de perto este processo chamado por François Chesnais de mundialização financeira. Sua constituição remonta ao Acordo de Bretton Woods e sua crise. Os processos de liberalização e desregulamentação financeira e a ascensão dos fundos de investimento terão papel de destaque na configuração do que entendemos por capitalismo contemporâneo.

Veremos que a contribuição da economia política marxista francesa pode ser perfeitamente conciliada com as elaborações que compõem a hipótese da cidade como negócio, além de complementá-la. Os estudos de David Harvey também se encontram entre as contribuições fundamentais neste sentido.

4.1. Os precedentes

Para compreender o conjunto de transformações no capitalismo mundial após 1970 é preciso investigar o processo histórico de ascensão do chamado “capital portador de juros”, ou capital financeiro, ao seu pleno desenvolvimento e dominância.

Sua origem nos remete à crise do Acordo de Bretton Woods que deságua na recessão de 1974-1975, o que Chesnais chama de o “fim dos ‘anos dourados’” (1998, p.17). Seus desdobramentos são multitudinários e estão na base da crise atual. Veremos que o capitalismo contemporâneo pode ser considerado um produto direto desta crise dos anos 1970 e das respostas dadas a ela, especialmente pelos Estados Unidos durante mais de 30 anos (Chesnais, 1998b).

O Acordo de Bretton Woods, assinado em 1944, representou, no desfecho da Segunda Guerra Mundial, uma tentativa de reconstruir o padrão ouro (que

havia sido destruído entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial) agora atrelado ao dólar americano (Eichengreen, 2000, p.29).

O padrão ouro remonta ao surgimento da Grã-Bretanha como potência mundial ainda no século XVIII (Eichengreen, 2000). Sua adoção estimulou diversos países a fazerem o mesmo de modo a facilitar suas relações comerciais com a potência emergente (Eichengreen, 2000). Entre os séculos XVIII e XX, o ouro e a prata se alternavam como padrões monetários (Eichengreen, 2000). Acordos monetários eram exceções e o sistema internacional de taxas de câmbios fixas baseadas na conversibilidade do ouro surgiu de decisões autônomas de governos nacionais (Eichengreen, 2000). O padrão ouro como um padrão internacional surgiu somente em 1870 (Eichengreen, 2000, p.32). Eichengreen (2000) resume esse padrão como o compromisso dos governos em relação à conversão das moedas de cada país em quantidades fixas de ouro com a liberdade para que as pessoas pudessem exportar e importar ouro. Isso acaba com a Primeira Guerra:

Até 1914, o ouro foi uma moeda internacional no pleno sentido do termo, isto é, 'o equivalente geral' que concentrava as funções de padrão de referência, de meio de pagamento e de instrumento de entesouramento. Os meios de pagamento emitidos durante a Primeira Guerra Mundial, bem como a dívida acumulada pelos principais Estados beligerantes para financiar os combates, acarretaram a crise do padrão ouro, antes que a crise de 1929 viesse enterrá-lo definitivamente (Chesnais, 1996, p.249).

Durante a guerra, os países suspendem a conversibilidade, ou seja, a possibilidade de uma moeda ser convertida em moeda estrangeira por ouro a um preço fixo. A taxa de câmbio dos países passa a flutuar, o que gera intenso debate a respeito da especulação como elemento de desestabilização (Eichengreen, 2000). Ainda antes da Segunda Guerra, o padrão ouro é reconstruído e entra em colapso novamente após a crise de 1929.

No fim da Segunda Guerra, o Acordo de Bretton Woods é assinado com a intenção de criar instituições e regras para ordenar o sistema monetário internacional (Carvalho, 2004). A Conferência de Bretton Woods ocorreu num cenário de consolidação da hegemonia dos Estados Unidos após a Segunda

Guerra (Carvalho, 2004). Eichengreen ressalta que o sistema de Bretton Woods mantinha o câmbio fixo, porém ajustável e que “aceitavam-se controles para limitar os fluxos de capital internacionais” (2000, p.131).

O sistema de Bretton Woods foi baseado na convicção de que era necessário restabelecer, da forma mais completa possível, a existência de uma moeda internacional com todos os seus atributos. O sistema adotado conferia ao dólar um papel central, ao lado do ouro e, por assim dizer, representando a este. O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente. Por sua vez, as taxas de câmbio de todas as outras moedas eram determinadas tendo o dólar como referência. Essas taxas eram fixas, podendo ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelos Estados (Chesnais, 1996, 249).

Segundo Carvalho (2004), sessenta anos depois, o balanço de Bretton Woods é frustrante. Para Eichengreen “os controles sobre as transações na conta de capital permaneceram, mas a aplicação dos mesmos não assegurou a possibilidade de ajustamento; ela apenas protelou o dia do juízo. Com a inexistência de um mecanismo de ajuste, o colapso do sistema monetário internacional baseado nos acordos de Bretton Woods tornou-se inevitável. O surpreendente é que ele tenha sobrevivido por tanto tempo” (2000, p.134). O período de efetiva subordinação das economias ao Sistema foi breve:

Terminou em meados dos anos 1960, com as primeiras grandes especulações contra a libra esterlina. A formação do mercado de eurodólares (...) é uma etapa importante na reconstituição da força do capital monetário. Reflete também a degradação da rentabilidade do capital comprometido na produção, bem como o fato de que os EUA deixam de ter uma posição industrial incontestável pelos outros países e, ao mesmo tempo, deixam de cumprir o papel que lhes tinha sido atribuído em Bretton Woods (Chesnais, 1996, p.250).

Nesse sentido, o fim do padrão ouro, ou o fim do Acordo de Bretton Woods representa um marco central nos rumos do capitalismo pós década de 1970.

O principal fator interno, de exclusiva responsabilidade dos EUA, foi a explosão da dívida federal, conjugada a um déficit crescente na balança de pagamentos. A criação desenfreada de meios monetários para financiar a emissão de bônus do Tesouro tornou insustentável a manutenção da paridade dólar-ouro. A partir de 1965, o duplo déficit do orçamento e dos pagamentos externos, agravado pelo financiamento da guerra do Vietnã, traduziu-se por emissões de dólares, cuja conversão ao ouro era pleiteada imediatamente pelos outros países (Chesnais, 1996, p.250).

Ganha importância a partir daqui a economia do endividamento, que seria o modelo responsável pela explosão da bolha em 2008. O papel do crédito torna-se central neste processo.

Sem freios graças ao desmoronamento das barreiras que o sistema de Bretton Woods erguera provisoriamente, os instrumentos de liquidez criados pelo governo americano para financiar a dívida pública deram início à economia do endividamento (a *debt economy*). Desde meados da década de 1970, ela se tornou parte integrante das características estruturais da economia americana, primeiro, e depois de muitos outros países, entre os quais a França. Nos Estados Unidos, o montante acumulado da dívida pública, da dívida das empresas e da dívida das famílias (crédito ao consumidor, *leasing* etc.) era 1,9 trilhão de dólares em 1970 e já atingia 4 trilhões em 1978. Mas a economia de endividamento americana também alimentou o florescimento dos euromercados, primeiro elo no nascimento dos todo-poderosos mercados financeiros de hoje (Chesnais, 1996, p.251).

Chesnais (2005) vê uma contradição na década de 1950. No auge dos controles de câmbio, sob o Sistema de Bretton Woods, surge na praça financeira de Londres, a City de Londres, um mercado de capitais em dólares chamados “eurodólares”. Os eurodólares correspondiam a uma massa de capitais buscando valorização fora da produção devido à baixa rentabilidade dos investimentos na indústria:

Muito antes do choque do petróleo, lucros não repatriados e também não reinvestidos na produção são depositados em eurodólares pelas firmas transnacionais norte-americanas. O afluxo de recursos não reinvestidos se acelera no início dos anos 70, à medida que o dinamismo da “idade de ouro” se esgota. Os governos foram obrigados a prolongar sua duração por meio de

elevada criação de crédito. Combinado com a primeira reconstituição de uma acumulação de capitais especulativos, isso explica por que a crise de 1974-75 foi marcada por uma primeira forma de *crash* financeiro da qual os bancos foram o epicentro (Chesnais, 2005, p.38).

O que ficou conhecido como “choque do Petróleo” gerou uma elevada soma como resultado do aumento do preço do petróleo. Essa quantia foi aplicada em Londres. Foi chamado de “reciclagem” o empréstimo desses petrodólares ao Terceiro Mundo, dando origem à famosa dívida externa (Chesnais, 2005).

Os créditos concedidos aos países em desenvolvimento criaram o primeiro processo, no período contemporâneo, de transferência de riquezas em grande escala. A reciclagem dos ‘petrodólares’, realizada pelo mercado de eurodólares, permitiu aos países da OCDE superarem a recessão de 1974-1975, aumentando rapidamente suas exportações. Mas também, e sobretudo, essa reciclagem deu origem a essa dívida externa esmagadora que tantos países do terceiro mundo carregam, há vinte anos, como uma bola de ferro à qual vivem acorrentados. Sucessivamente, as transferências para as instituições financeiras dos países capitalistas avançados, dos juros que foram pagos pela obtenção de créditos bancários de consórcios desses países, fizeram com que a esfera financeira se consolidasse ainda mais (Chesnais, 1998, p.15). A gradativa reconstituição de uma massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capital de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção (claramente perceptíveis nas estatísticas). Com esses lucros não repatriados, mas também não investidos na produção, e depositados pelas transnacionais norte-americanas em Londres, no setor off-shore, o mercado dos eurodólares deu uma arrancada, a partir de meados da década de 60, bem antes do “choque do petróleo” e da recessão de 1974-1975 (Chesnais, 1998, p.17).

4.2 Fases de desenvolvimento

Chesnais (1998b) divide o processo de mundialização financeira, que tem seu primeiro impulso nos petrodólares, em três fases. A primeira fase se deu de 1960 a 1980, período em que os sistemas nacionais fechados passam a ser integrados de forma indireta pelo mercado de eurodólares (Chesnais, 1998b).

Nesta primeira fase, o regime de câmbio fixo, no qual uma moeda nacional era vinculada ao ouro de forma fixada, é substituído pelos câmbios flexíveis, ou seja, determinados pelos Bancos Centrais de acordo com as necessidades do mercado, e o padrão ouro-dólar é revogado pelos Estados Unidos em 1971 (Chesnais, 1998, p.27), implementando o padrão dólar.

Chesnais (2005, p.40) chama de “golpe de Estado” as “medidas de liberação dos mercados de títulos da dívida pública e da alta do dólar e das taxas de juros norte-americanas tomadas em 1979-81”. A consequência mais dramática desse “golpe” financeiro recaiu sobre os países do Terceiro Mundo que viram as taxas de juros de sua dívida se multiplicarem por três e mesmo por quatro (Chesnais, 2005).

A segunda fase ocorreu de 1980 a 1985, período em que as altas taxas de juros, a desinflação e a abertura e desregulamentação financeiras ganham nova dimensão (Chesnais, 1998b, p.250). Tem fim o controle de capitais, ou seja, o capital não pode mais ser controlado pelos sistemas nacionais. Aqui se proliferam e ganham força os fundos de pensão, que passam a concorrer com os grandes bancos (Chesnais, 1998, p.28). Wall Street e a City Londrina se firmam como centros financeiros mundiais (Chesnais, 1998).

A terceira fase se deu entre 1986 e 1995, período em que os mercados de ações passam por um processo de abertura e desregulamentação e os chamados “novos países industrializados” são incorporados (Chesnais, 1998). Crises que se originam no setor financeiro passam a ser constantes. Como a crise americana de 1987, a recessão de 1990-1991 e a crise mexicana de 1994-1995 (Chesnais, 1998b, p.252).

4.3 Os elementos centrais

François Chesnais denomina “mundialização financeira” esse processo de hipertrofia da esfera financeira e seu domínio do espaço mundial de forma integrada. O autor considera a mundialização financeira como um conjunto de “estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados” (1998, p.12). A forte

hierarquia (baseada no sistema financeiro norte-americano), a falta de controle e a unidade dos mercados dada pelos operadores financeiros correspondem a três particularidades que formariam um todo (Chesnais, 1998). Ganham especial importância a autonomização, ainda que relativa, da esfera financeira em relação à produção e o fetichismo da valorização financeira (Chesnais, 1998). Como resultado do processo, encontramos um mundo de finanças desintermediadas e mundializadas (Chesnais, 1998).

Chesnais (1998) enfatiza o papel do câmbio flexível adotado após o fim do sistema de Bretton Woods, a securitização da dívida pública pelos países industrializados e as políticas de desregulamentação e liberalização financeira que desmontaram os instrumentos de supervisão de controle da esfera financeira criados após a quebra da bolsa de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial.

Para o autor, as crises passam a ser geradas na esfera financeira, sem uma motivação na esfera da criação de valor (Chesnais, 1998b). O autor chama de “fragilidade sistêmica” essa propensão diferenciada às crises. Particularmente algumas características facilitariam tal fragilidade: o alto nível de capital fictício; o enfraquecimento dos sistemas bancários nacionais na maioria dos países; a generalização dos mercados financeiros, como o setor imobiliário, propenso à formação de bolhas; e, por fim, a acelerada desregulamentação dos mercados financeiros chamados emergentes (Chesnais, 1998b).

São os credores que passam a ditar a política dos governos (Chesnais, 1998b). O capital financeiro é mais concentrado e centralizado do que nunca e o curto prazo é o seu tempo (Chesnais, 1998b). Os Estados Unidos e sua moeda, o dólar, ocupam o patamar mais alto na esfera de poder do capitalismo contemporâneo (Chesnais, 1998b). A “carência de instâncias de supervisão e controle” (Chesnais, 2005, p.45) é outra característica importante.

Chesnais destaca como três elementos constitutivos na implementação da mundialização financeira a “desregulamentação ou liberalização monetária e financeira”; a “descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais”; e a “desintermediação ou abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional” (2005, p.46).

4.4 Consequências gerais das transformações

Uma série de consequências importantes derivam do processo histórico desenvolvido acima. Serão aqui abordadas algumas delas.

Uma primeira consequência importante é uma nova relação de forças entre as classes. A classe trabalhadora como um todo sai certamente mais enfraquecida deste processo. Sua própria configuração como classe se torna mais indeterminada. As relações entre o setor de administradores do capital e gestores dos fundos de pensão de um lado e os dirigentes industriais de outro altera profundamente a relação entre as classes. Os próprios trabalhadores passam a fazer parte como poupadores dos fundos de pensão. Segundo Chesnais (1998b) surge um novo tipo de rentista, aquele que detém títulos da dívida pública.

Dumenil ressalta o aparecimento de “uma categoria de capitalistas que se contentam em colocar seu capital à disposição de uma empresa sem se encarregarem de sua gestão. Seu capital é um capital de empréstimo. Um empresário pode executar as tarefas de gestão, mas elas são, finalmente, delegadas a assalariados” (2010, p.191). Com a pressão dos mercados sobre os grupos industriais, a produtividade do trabalho e sua flexibilidade foi fortemente impactada, assim como a forma de determinação do salário (Chesnais, 2005).

Chesnais (2005) ressalta o surgimento daquilo que chama de “finança”, um conjunto de investidores e instituições financeiras que seriam responsáveis por uma lógica de dominação muito diferente do que víamos até então. Dumenil (2010, p.187) denomina “finança” a “fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras, encarnações e agentes de seu poder”. Na finança estariam reunidas uma fração da classe capitalista e um conjunto de instituições como os bancos, os bancos centrais e os fundos de pensão (Dumenil, 2010, p.187). Dumenil (2010) lembra que finança não é um setor da economia e que não há oposição entre capital financeiro e o restante do capital, como o industrial, por exemplo, o que há é uma diferença de hierarquia. A finança seria a possuidora da economia de conjunto (Dumenil, 2010).

A finança teria nascido nos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX e, após a Crise de 1929, teria passado por um recuo depois do chamado “compromisso keynesiano” (Dumenil, 2010).

Outra consequência importante das transformações gerais no capitalismo é o desenvolvimento dos fundos de pensão, hoje as instituições de maior poder no mundo. Para Leda Paulani (2008), “o tema da previdência encontra-se hoje diretamente imbricado na dinâmica que tomou o processo de acumulação de capital em nível mundial nos últimos 30 anos” (Paulani, 2008, p.1).

As primeiras leis de seguridade social surgiram na Inglaterra ainda no século XVII e, ao longo dos séculos XVII e XVIII, partia-se da “ideia de que o Estado (e, portanto, a sociedade como um todo) [...] [seria] de alguma forma, responsável pela pobreza e pelos grupos mais vulneráveis da população (idosos, portadores de deficiência etc.)” (Paulani, 2008, p.4).

O sistema previdenciário “[...] conhecido por regime de capitalização, é herdeiro das sociedades e associações mutualistas, que nasceram há quase três séculos, e dos sistemas estatais criados para categorias específicas de profissionais. De caráter privado e restrito, o regime reforça o vínculo entre contribuição e benefício e, contrariamente ao sistema anterior, joga contra o crescimento econômico e ao lado da valorização financeira” (Paulani, 2008, p.07-08). Neste sistema previdenciário há um predomínio da lógica financeira. Estes sistemas vêm ganhando uma importância crescente, ao contrário dos sistemas públicos (Paulani, 2008). Segundo Sauviat (2005), é nos Estados Unidos, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970, que vemos o desenvolvimento dos fundos de pensão. Sua consolidação se dá nos anos 1970, mas é nos anos 1980 que seu poder se afirma. Na década de 1990 sua esfera de intervenção se torna mundial (Sauviat, 2005).

Seu poder vem da centralização da poupança individual e coletiva e, principalmente, da transformação dessa poupança em capital (Sauviat, 2005). Sua mobilidade passa a atingir todo o espaço mundial e a rentabilidade direciona seus deslocamentos no espaço e no tempo. “São movidos pelas antecipações de ganhos e pela realização de ganhos do capital, irão se retirar sem problemas de uma empresa, mesmo sendo ela ‘sadia’, com bom desempenho e bem cotada na Bolsa, se não houver perspectiva de excedente bursátil no curto prazo. Eles sempre consideram os títulos adquiridos como ativos negociáveis, jamais como

ativos imobilizados” (Sauviat, 2005, p.118). Com a desregulamentação e a liberalização suas possibilidades de aplicação se multiplicaram indefinidamente (Sauviat, 2005).

Após o estágio de desenvolvimento dos fundos de pensão atingido no mundo contemporâneo a relação capital-trabalho se torna profundamente afetada. Isto porque eles não sofrem pressão da relação capital x trabalho. Os fundos de pensão se relacionam diretamente com o capital industrial e, em muitos casos, não tem relação com nenhuma forma de capital produtivo. Entretanto, o capital produtivo de modo geral passa a ser comandado por agentes como os fundos de pensão. Até porque mesmo os Estados definem suas políticas econômicas sob forte pressão desse setor, “cada vez mais contracionistas (desinflação competitiva, contenção das despesas públicas etc.), como as estratégias e as orientações de gestão das empresas (criação de valor, concentração na atividade principal etc.)” (Sauviat, 2005, p.110).

Os fundos de pensão passam a se tornar proprietários de ações de muitas empresas em diversos ramos da economia, o que impõe uma lógica financeira à maioria das empresas. Suas estratégias de gestão e suas normas de rentabilidade são diretamente ditadas pela “afirmação de uma concepção financeira da empresa” (Sauviat, 2005, p.123).

Um aspecto importante trazido à tona pelos fundos de pensão é o fato de eles centralizarem a poupança até mesmo de parte importante dos assalariados, gerando uma confusão. Eles são regimes de previdência por capitalização, ou seja, “caixas de aposentadoria separadas das contas do empregador nas quais reservas financeiras de origem quer patronal, quer salarial (ou ambas) são acumuladas e valorizadas nos mercados financeiros. Essas reservas devem servir para pagar as aposentadorias dos assalariados” (Sauviat, 2005, p.111). A composição dos fundos de pensão de certo modo coloca lado a lado assalariados e camadas rentistas da burguesia (Chesnais, 2005). Além de embaralhar as classes sociais e de muitos trabalhadores se posicionarem sob a lógica financeira, é para eles que é transferido o risco da aplicação. “Os regimes de capitalização transformaram-se profundamente, transferindo dos empregadores aos assalariados o risco e o custo das aposentadorias e dessa forma lançando as bases para o desenvolvimento de um segmento especializado na gestão de ativos, o dos *mutual funds*” (Sauviat, 2005, p.112).

Inclusive, até mesmo uma parte da burocracia sindical se viu embriagada por essa forma de riqueza (Sauviat, 2005).

A gestão destes fundos é feita por uma camada de administradores especializados (Sauviat, 2005) que surgem como parte da separação entre o capital portador de juros e o capital produtivo.

Apesar da ampla mobilidade dos fundos de pensão pelo mundo é muito importante frisar que eles são altamente concentrados. Segundo o BIS (*Bank for International Settlements*), “35% dos ativos de fundos de pensão são indexados nos Estados Unidos, 30% no Reino Unido e entre 10% e 20% na Europa” (Sauviat, 2005, p.119).

Podemos sintetizar a importância dos fundos de pensão para o capitalismo contemporâneo da seguinte forma:

Três formas de poupança contribuíram para alicerçar o poder financeiro dos fundos de pensão e dos fundos coletivos: a poupança-aposentadoria derivada dos regimes profissionais de aposentadoria de benefícios definidos, a poupança salarial acumulada no plano profissional (os regimes de “aposentadoria” de contribuição definida) e, enfim, a poupança das famílias. No plano profissional, ela é o apanágio dos assalariados das grandes empresas; no plano privado, das famílias abonadas. Transformada em capital-dinheiro nas mãos de poderosas instituições financeiras, essa poupança tornou-se um fator de instabilidade econômica, um instrumento de reestruturação das empresas segundo uma lógica mais financeira que industrial, e um instrumento poderoso de disciplinamento do salariado (Sauviat, 2005, p.132).

Outro elemento fundamental a ser investigado no capitalismo contemporâneo é a relação entre a indústria e o capital financeiro. “É ainda possível opor a ‘finança’ ou, mais precisamente, encontrar grupos industriais cujas decisões não estejam subordinadas aos imperativos do capital portador de juros? É ainda possível elaborar uma teoria da acumulação que possa fazer abstração das demandas dos acionistas relativas à partilha do lucro?” (Chesnais, 2005, p.52). Como veremos mais adiante, o desenvolvimento do capital portador de juros possui uma lógica de valorização autônoma em relação à produção de valor, ainda que essa autonomia seja relativa. Isso significa que o que chamamos de capital financeiro deve ser encarado principalmente por sua exterioridade em

relação à produção. Essa exterioridade traz consequências fundamentais para o capitalismo contemporâneo. Segundo Lordon, “um traço central nas relações contemporâneas entre a finança e a indústria é o grau de exterioridade ou de distância dos credores em relação à divisão do trabalho” (*In: Chesnais, 2005, p.53*).

A propensão do capital portador de juros para demandar da economia ‘mais do que ela pode dar’ é uma consequência de sua exterioridade à produção. E uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações. Mas ela tende, também, a modelar a sociedade contemporânea no conjunto de suas determinações. No quadro da mundialização capitalista contemporânea, da qual a finança é uma das forças motrizes mais fortes, a autonomia que parece caracterizar o movimento de acumulação do capital (ou, se assim se preferir, a predominância que a economia parece ter sobre todas as outras esferas da vida social) se acentua de forma qualitativa. [...] Daí decorre esse encaminhamento paralelo de formas de expropriação nos países “emergentes”, as quais remetem à brutalidade quase sem mediação da acumulação primitiva, e de modalidades muito sofisticadas de modulação das relações sociais (em termos de gestão dos recursos humanos ou de gestão e constituição do imaginário coletivo pelo viés televisivo) para reproduzi-las sob uma forma de submissão à sombra da “ditadura” dos mercados financeiros (*Chesnais, 2005, p.61*).

Esta exterioridade foi alojada no próprio cerne dos grupos industriais “a partir dos anos 80, [através da] subordinação dos administradores-industriais e sua transformação em gente que interiorizasse as prioridades e os códigos de conduta nascidos do poder do mercado bursátil” (*Chesnais, 2005, p.54*). Ou seja, uma camada de administradores passa a representar dentro da indústria o capital financeiro⁸.

De início, pode parecer, devido à exterioridade do capital financeiro em relação à produção, que se torna mais fácil delimitar suas fronteiras. Entretanto,

⁸ “O ‘poder administrativo’ é mais forte do que nunca no seio das empresas, mas fixa para si objetivos muito diferentes dos do período anterior. O administrador-financeiro molda-se no molde da finança e explora a liberdade permitida pela “virtualidade” dela. Ele contornou rapidamente o controle do qual era, a princípio, objeto. Mas suas prioridades são muito diferentes das do administrador-industrial que ele substituiu. Os grupos são dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante do que qualquer outra coisa. O controle da *corporate governance* foi em geral frustrado, mas os valores da finança triunfaram” (*Chesnais, 2005, p.54*).

ao contrário, sua relação se torna mais obscura, principalmente porque eles se interpenetram. “Grupos predominantemente industriais se transformam cada vez mais claramente em grupos financeiros e suas decisões relativas às atividades de produção são cada vez mais encerradas na rede de contradições e de oportunidades criadas pelas ‘finanças globais’ (Serfati, 1998, p.142). O que vemos é uma “Redução das fronteiras entre os rendimentos apropriados pelos grupos que resultam de uma criação de valor ligada à atividade produtiva propriamente dita e aqueles que são fruto da captação, graças à detenção de direitos de propriedade e de créditos, de uma fração do valor criado por uma produção exterior ao grupo (Serfati, 1998, p.147),

A relação entre as finanças e a indústria não se dá mais através de uma fusão entre o banco e a indústria, como desenvolveu Hilferding, mas através de uma relação hierárquica na qual o capital financeiro impõe sua lógica à indústria (Serfati, 1998). Para Serfati “as clivagens entre estas duas formas de valorização, frequentemente consideradas como ‘polares’, são hoje menos claramente demarcadas do que se pensa” (Serfati, 1998, p.142). Isso porque “os grupos dispõem de meios diversificados que facilitam uma circulação do capital-dinheiro (ou capital monetário), no seio do qual as formas produtivas e financeiras se interpenetram permanentemente” (Serfati, 1998, p.142).

Com a desregulamentação e a liberalização financeiras a estratégia de valorização do capital passa a ser global (Serfati, 1998), não há limites territoriais para sua mobilidade. “O horizonte das empresas se tornou imediatamente planetário” (Serfati, 1998, p.146).

Nessa nova configuração do capitalismo, as empresas passam a ter uma gestão centralizada de seu capital, realizada pela chamada *holding*, ao mesmo tempo em que suas atividades produtivas são mundializadas. “No curso dos anos 80, os grupos tinham como regra geral privilegiar uma gestão de caixa centralizada, e alguns especialistas observaram que este processo de centralização ia no sentido inverso da descentralização de numerosas atividades ligadas à produção realizadas por esses grupos” (Serfati, 1998, p.148). A *holding* centraliza os ativos “produtivos” e “financeiros” (Serfati, 1998) e “é acima de tudo um centro de decisão financeira; enquanto as sociedades sob seu controle não passam, na maior parte das vezes, de sociedades exploradoras” (Serfati, 1998, p.143).

A estruturação do capital sob a forma de grupos, que dominam a partir daí o capitalismo mundial, impele por vezes até o extremo a separação entre os processos de produção de bens e serviços criadores de valor (entrada em movimento do capital produtivo) e os ligados à apropriação e à captação desse valor (movimento próprio do capital-dinheiro). A razão de ser quase exclusiva da sociedade *holding*, que se encontra na cúpula de todos os grupos organizados, é precisamente organizar uma gestão centralizada do capital-dinheiro (...) (Serfati, 1998, p.146).

Portanto, as fronteiras entre as atividades financeiras e industriais se tornaram mais complexas. A indústria passou a investir nos ganhos financeiros contribuindo para a financeirização da economia como um todo, ou seja, a própria indústria é uma das responsáveis pelo processo de financeirização:

Os grupos industriais são um dos vetores mais poderosos da autonomização da circulação financeira e da dilatação desmesurada, mas puramente nominal, desse capital, conferindo-lhe um caráter amplamente fictício, no sentido dado por Marx. Certamente, a dissociação entre a forma financeira do capital e sua forma produtiva não é um elemento novo: [...] ela é um dos fatores constitutivos da estrutura de grupo. Mas a globalização financeira impulsionou a um grau desconhecido até então esse “desdobramento” do capital, do qual um dos aspectos é a autonomização crescente da esfera financeira (Serfati, 1998, p.169).

E, por fim, a lógica produtiva aparece integrada e subordinada a uma lógica financeira (Serfati, 1998). A produção de valor passa a ser ditada pelo tempo do capital financeiro, ou seja, pelo curto prazo, e o capital passa a poder “ser deslocado e mobilizado sem limite de tempo ou de espaço” (Serfati, 1998, p.173).

Segundo Chesnais (1998b) ocorre uma aceleração da financeirização dos grupos industriais, o curto prazo passa a ditar os tempos da indústria e os fundos de pensão entram na esfera da propriedade do capital industrial. Isso torna mais aguda a concorrência dentro do próprio setor financeiro, o que gera um aumento dos investimentos de maior risco (Chesnais, 1998b).

Também a organização do trabalho sofre profundas transformações em especial após a década de 70. O que se convencionou chamar de *toyotismo* ou *acumulação flexível* invadiu boa parte das fábricas do mundo. Chesnais (1998b) lembra que a generalização do toyotismo, a adoção da microeletrônica e de práticas como a terceirização provocaram importantes mudanças nas relações de trabalho, como os contratos precários, o aumento da intensidade do trabalho e o arrocho salarial.

Características como o “rigor salarial, flexibilização do emprego, recurso sistemático ao trabalho barato e pouco protegido, por meio da deslocalização e da subcontratação internacional” (Chesnais, 2005, p.55) se tornam consequências dessa relação entre capital financeiro e capital industrial. A liberalização e a desregulamentação financeiras possibilitaram:

[...] que os grupos organizassem a deslocalização da produção e a criação de vastos sistemas de subcontratação internacionais (*global production networks*), que permitem explorar o trabalho de uma mão-de-obra qualificada (às vezes muito qualificada) nos países de salários baixos ou muito baixos para a produção de bens e serviços que serão vendidos nos países avançados. A exploração das diferenças de valor e de preços entre países não ocorre nas matérias-primas, mas no preço de compra da força de trabalho e nas taxas de rendimentos permitidas pela ausência de regulamentação do trabalho, do direito de se sindicalizar e de proteção social. As filiais no exterior e as redes de subcontratação sustentam os lucros e os valores acionários (Chesnais, 2005, p.55)

4.5 Em resumo

É preciso destacar alguns elementos deste processo de mundialização financeira. Em primeiro lugar, o processo como um todo sugere que a mundialização do capital se completa de fato na década de 1990 com o que Chesnais chama de terceira fase do processo de mundialização financeira, o que se dá com a incorporação dos “novos países industrializados” e as sucessivas crises financeiras daí decorrentes. O elevado teor de capital fictício, especialmente no caso do setor imobiliário, certamente aponta para outro aspecto fundamental que nos interessa de perto, da mesma forma que a enorme concentração e centralização e o curto prazo. Entre as consequências deste processo é preciso chamar atenção para a enorme mobilidade proporcionada pela libertação territorial do capital se deslocando exclusivamente movido pela rentabilidade. Todos os demais elementos do processo de acumulação de capital assim como da vida cotidiana parecem estar submetidos a esse deslocamento.

Esses elementos sugerem algumas considerações especiais a respeito da hipótese aqui trabalhada, assim como abre a discussão para novos apontamentos que serão feitos na Parte III.

CAPÍTULO 5 – TERCEIRO ELEMENTO: REFERÊNCIAS TEÓRICAS SOBRE O CAPITAL FINANCEIRO

No capítulo anterior vimos o processo histórico de desenvolvimento da mundialização financeira. Entretanto, o tema da financeirização exige um olhar mais cuidadoso sobre o significado do capital financeiro.

A base para a discussão atual deste tema pode ser encontrada na seção V do Livro III de *O capital*, denominada *Divisão do lucro em juro e lucro de empresário: o capital produtor de juros*, que abrange os capítulos XXI a XXXVI. É uma seção considerada “praticamente abandonada” (Chesnais, 2010 p.101) ou “aquela que os economistas inspirados em Marx menos utilizaram” (Chesnais, 2010, p.101). Chesnais considera que “o único marxista que começou a fazer justiça à quinta seção do Livro III” (2010, p.101) foi David Harvey em *Os limites do capital*. Segundo Harvey (1990), os estudos de Marx sobre o capital financeiro não foram completados, sua teoria neste terreno se apresenta demasiadamente abstrata e geral. Os *Grundrisse* e a *Contribuição à crítica da Economia Política* conteriam uma base que acabou sendo aproveitada de forma bastante reduzida para a publicação de *O capital* (Harvey, 1990). Para o autor, “[...] los marxistas han prestado poca atención a este aspecto de la teoría” (Harvey, 1990, p.244). Alguns poucos autores durante o século XX teriam fugido a essa regra, como Hilferding, Roman Rosdolsky, Suzanne De Brunhoff, Ernst Mandel, entre outros (Harvey, 1990).

A atualidade e importância deste tema podem ser observadas em frases como esta: “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (Chesnais, 2005, p.35).

Veremos, portanto, que esta seção tem especial importância para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Autores como François Chesnais e David Harvey têm contribuição fundamental na exploração deste trecho da obra de Marx.

5.1 O capital portador de juros

No capítulo XXI, Marx nos traz considerações acerca do dinheiro que complexificam sua teoria monetária exposta no livro I⁹. Marx destaca uma nova função para o dinheiro, um valor de uso diferente, funcionar como capital. O ponto de partida deste processo passa a ser o dinheiro adiantado. Portanto, em vez do ciclo D – M – D' (Dinheiro – mercadoria – dinheiro), temos o ciclo D – D – M – D' – D', ou seja, antes do processo produtivo encontramos a forma empréstimo.

Marx lembra que o capital “é capital não no processo de circulação, mas no processo de produção, o da exploração da força de trabalho” (Marx, 1974, p.397). O que vemos com o capital portador de juros é justamente o contrário, “o dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria capital; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e a priori para o cessionário, é valor que possui valor-de-uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro” (Marx, 1974, P.397). O capital portador de juros se valoriza na circulação, sem relação “com o processo real de reprodução do capital” (Marx, 1974, P.402). Para Harvey (1990) isto coloca o dinheiro em uma posição distinta em relação à circulação de capital e à própria produção do mais valor. O dinheiro se encontra fora do processo de produção real e de forma independente dele (Harvey, 1990).

Basta que o empréstimo seja feito para que o prestador o converta em capital. O pagamento do empréstimo somado aos juros é um componente do processo de circulação do capital e não do processo de produção¹⁰.

⁹ “Dinheiro – considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que acresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago – produto excedente e mais-valia – e dela apropriar-se. Por isso, além do valor-de-uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor-de-uso, isto é, o de funcionar como capital. Seu valor-de-uso consiste agora justamente no lucro que produz, uma vez transformado em capital. Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria” (Marx, 1974, p.392).

¹⁰ “No movimento real do capital, o retorno é um componente do processo de circulação. O dinheiro, de início, se converte em meios de produção; o processo de produção transforma-o em

Marx compara o capital portador de juros à força de trabalho, pois ambos ao serem consumidos crescem valor. Porém, “enquanto o valor da força de trabalho é pago, o do capital emprestado é restituído por esse capitalista. Para ele o valor-de-uso da força de trabalho consiste em produzir com seu emprego mais valor do que possui e custa. Esse valor adicional é para o capitalista industrial o valor-de-uso. Do mesmo modo, o valor-de-uso do capital-dinheiro emprestado se revela na capacidade que possui de produzir e crescer valor” (Marx, 1974, p.406). Marx define o juro como a parte do lucro que cabe ao emprestador (Marx, 1974).

Aos poucos, o capitalista isolado vai dando lugar a uma “massa concentrada, organizada que, distinguindo-se totalmente da produção real, encontra-se sob controle dos banqueiros que representam o capital social” (Marx, 1974, p.425).

A separação entre capitalistas financeiros e industriais cria o juro e a concorrência entre eles “gera a taxa de juro” (Marx, 1974, p.428). O industrial é chamado aqui de capitalista ativo. “Aquí surge una distinción entre los capitalistas como *dueños del dinero* y como *empleados del capital*, que usan ese dinero para establecer lo necesario para la producción de plusvalía” (Harvey, 1990, p.260-261). É de suma importância a diferenciação entre esses dois setores. “Sob o aspecto qualitativo, o juro é mais-valia, proporcionada pela sua propriedade do capital, pelo capital em si, embora o proprietário esteja fora do processo de reprodução; é mais-valia que o capital rende, dissociado de seu processo” (Marx, 1974, p.434).

O capital portador de juros não se confronta com o trabalhador diretamente, mas com o capitalista ativo¹¹. O distanciamento que o capital portador de juros tem do processo de reprodução real exige demonstrações mais

mercadoria; com a venda da mercadoria reconverte-se em dinheiro e nessa forma retorna às mãos do capitalista que adiantara o capital na forma de dinheiro. Mas, com o capital produtor de juros, a cessão e o retorno resultam exclusivamente de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e outra pessoa. Apenas vemos cessão e restituição. Desaparece tudo o que se passa de permeio” (Marx, 1974, p.403-404).

¹¹ “O capital produtor de juros se opõe não ao trabalho assalariado, mas ao capital em função; no processo de reprodução, o capitalista emprestador como tal se confronta diretamente com o capitalista ativo e não com o trabalhador assalariado, o expropriado dos meios de produção no sistema capitalista. O capital produtor de juros é o capital-propriedade em face do capital-função. E, enquanto não funciona, o capital não explora os trabalhadores, nem está se opondo ao trabalho” (Marx, 1974, p.437).

complexas para provar sua origem na produção real de mais valor, entretanto esta continua sendo sua origem.

O juro em si expressa justamente que as condições de trabalho existem como capital, em oposição social ao trabalho, transformando-se em poder pessoal ante o trabalhador e acima dele. Representa a nua propriedade do capital como meio de apropriar-se de produtos do trabalho alheio. Mas, representa esse caráter do capital como algo que cabe fora do processo de produção e que não provém de maneira alguma da destinação especificamente capitalista do próprio processo de produção. Representa-o não em oposição direta ao trabalho, mas, ao contrário, sem relação com ele, como simples relação entre dois capitalistas. Por conseguinte, como determinação extrínseca, alheia à relação entre capital e trabalho. Assim, no juro, figura particular do lucro, encontra o caráter contraditório do capital expressão independente em que a antinomia se desvanece, sendo inteiramente posta de lado: o juro é uma relação entre dois capitalistas, e não entre capitalista e trabalhador (Marx, 1974, p.440).

5.2 Capital fictício

Outro conceito fundamental desenvolvido na Seção V e que tem especial importância na compreensão do capitalismo contemporâneo é o de capital fictício. Marx o define como “direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, [...] [cujo] valor-dinheiro ou o valor-capital ora não representa capital algum, como é o caso das apólices da dívida pública, ora é regulado de maneira independente do valor do capital efetivo que esses papéis configuram” (Marx, 1974, 537). O capital fictício é produzido pela multiplicação do capital: “com o desenvolvimento do capital produtor de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar-se e às vezes triplicar-se em virtude das diferentes formas em que o mesmo capital ou o mesmo título de crédito se apresenta em diferentes mãos” (Marx, 1974, p.541)¹².

¹² “La clasificación potencial por el ‘capital ficticio’ está dentro de la propia forma-dinero, y está relacionada particularmente con la aparición del dinero-crédito. Consideremos el caso de un producto que recibe crédito garantizándolo con unas mercancías que no se han vendido. El dinero equivalente de la mercancía es adquirido antes de que se realice una venta. Este dinero se puede usar entonces para comprar nuevos medios de producción y fuerza de trabajo. Sin embargo, el que presta se queda únicamente con un pedazo de papel, cuyo valor está respaldado por una mercancía que no se ha vendido. Este pedazo de papel se puede clasificar como *valor ficticio*. El crédito comercial de cualquier tipo crea estos valores ficticios. Si los

No Livro I Marx (2013) demonstrou que o capital fictício já se encontrava como elemento fundamental no processo de formação do capitalismo, ainda que não tivesse o papel dominante que vemos hoje. O papel da dívida pública e do sistema de crédito como aliados das práticas predatórias da acumulação primitiva são expressões disso. Na Inglaterra do século XVII havia uma relação intrínseca entre o sistema colonial, o sistema de dívida pública, o moderno sistema tributário e o sistema protecionista, assim como, desde o período manufatureiro, Gênova e Veneza desenvolviam estas práticas (Marx, 2013)¹³.

5.3 Fetichismo

Desse processo de transformação do capital uma série de conclusões fundamentais são tiradas. No capítulo XXIV, *A relação capitalista reificada na forma do capital produtor de juros*, Marx demonstra que “No capital produtor de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista. Temos nessa forma D – D’, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos” (Marx, 1974, p.450). A síntese D – D’ torna-se “vazia de sentido” (Marx, 1974, p.451). Aqui os resultados aparecem sem a circulação e a produção (Marx, 1974).

Marx retoma aqui o debate em torno do fetiche da mercadoria, agora levado ao seu extremo:

O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesmo. A *coisa* (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como simples coisa e o capital se revela coisa e nada

pedazos de papel (letras de cambio principalmente) comienzan a circular como *dinero-crédito*, entonces lo que está circulando es un valor ficticio. Así se abre una brecha entre los dineros-crédito (que siempre tienen un componente ficticio e imaginario) y el dinero ‘real’ ligado directamente a una mercancía monetaria (*El capital*, III, p.536). Si este dinero-crédito se presta como capital, entonces se convierte en *capital ficticio*. En este caso, la creación del capital ficticio se puede considerar como algo más o menos accidental, pero el accidente se conviene en necesidad cuando conectamos los procesos de circulación del capital a interés y el capital fijo. El capital-dinero se tiene que adelantar ahora contra un trabajo futuro en vez de contra la garantía de mercancías existentes” (Harvey, 1990, p.271).

¹³ “A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária” (Marx, p.824, 2013).

mais; o resultado do processo de reprodução todo manifesta-se como propriedade inerente a uma coisa; depende do dono do dinheiro – a mercadoria em forma sempre permutável – gastá-lo como dinheiro ou emprestá-lo como capital. O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. A relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da verdadeira transformação do dinheiro em capital, o que se mostra aí é uma forma vazia. Equiparado à força-de-trabalho, o valor-de-uso do dinheiro passa a ser o de criar valor, valor maior que o que nele mesmo se contém. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado – o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar (Marx, 1974, p.451).

Apesar do juro ser parte do lucro, e conseqüentemente da mais-valia, ele se revela agora “ao contrário, o fruto genuíno do capital, o elemento original” (Marx, 1974, 452).

Consumam-se então a figura de fetiche e a concepção fetichista do capital. Em D – D’ temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa: a figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia de seu próprio processo de reprodução; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção – a mistificação do capital na forma mais contundente (Marx, 1974, p.458).

Como a fonte do lucro desaparece, Marx vê para a economia vulgar um “suculento achado” nesse processo:

Para a economia vulgar, que pretende apresentar o capital como fonte autônoma do valor, geradora do valor, essa forma é sem dúvida suculento achado: nela, não se pode mais reconhecer a fonte do lucro, e o resultado do processo capitalista de produção adquire existência independente, separada do próprio processo (Marx, 1974, p.458).

5.4 Em resumo

Um olhar ainda que breve sobre o capital portador de juros e o capital fictício permitem destacar alguns elementos de fundamental importância na compreensão do mundo contemporâneo. Apesar de seu caráter inconcluso, as elaborações de Marx na Seção V apontam para os elementos centrais das problemáticas essenciais do período atual.

Destacam-se alguns elementos do que foi visto. O valor de uso do dinheiro de funcionar como capital recoloca o tema da circulação como elemento crucial e exige novas conexões entre produção e circulação. Isto não significa uma primazia da circulação, porém demonstra de certa forma que muitas interpretações acerca do capitalismo do século XX estiveram concentradas demais no Livro I. Fenômenos como a substituição do capitalista individual por uma massa concentrada (nos tempos de Marx ainda dominadas por banqueiros) ou uma autonomização dessa massa em relação ao processo real de reprodução estão entre os grandes temas do mundo atual, ainda que ajustes tenham que ser feitos.

O caráter fetichista é levado ao extremo, pela, praticamente, desaparecimento da fonte do lucro nestas formas e pela ainda mais turva possibilidade de vinculação entre juro, lucro e mais valor. Entretanto, é possível através de Marx restabelecer o papel do mais valor e da produção na geração do lucro, ainda que mais intermediações surjam em sua repartição.

Síntese da Parte II

O objetivo desta Parte II era trazer elementos que não fizeram parte de forma direta das elaborações da hipótese da cidade como negócio, mas que podem ampliar e permitir a compreensão dos conteúdos daquilo que Lefebvre chamou de ponto crítico.

Contextualizar Henri Lefebvre na história do marxismo nos permite observar suas elaborações de forma mais viva. O conturbado período vivido pelo filósofo traz elementos cruciais de uma derrota do marxismo que se arrasta até hoje. O caráter genuíno de Lefebvre se mescla, portanto, com elementos de seu isolamento. Como vimos, as elaborações sobre o urbano se encontram justamente diante do conflito entre a crise do marxismo e as novas necessidades. Isto não nos permite afirmar que nas elaborações de Lefebvre havia apenas acertos e no marxismo como um todo apenas erros.

Em especial a questão da financeirização escapa às análises de Lefebvre, e, como veremos na Parte III, não se trata de um elemento que pode simplesmente ser acrescentado às análises como uma determinação a mais sem consequências para as hipóteses formuladas.

O processo de mundialização financeira se completa na década de 1990, o que nos coloca diante de algo novo. Estaria enfim completado o processo de construção de uma sociedade mundial? Esta seria a sociedade urbana?

Vimos que as características do capital portador de juros e do capital fictício estão no centro da compreensão do capitalismo que se desenvolve especialmente após a década de 1970.

Será preciso a partir de agora colocar em movimento todos os elementos de problematização utilizados na Parte II para visitar a hipótese delimitada na Parte I.

PARTE III – CONCLUSÕES

Nesta parte III colocaremos em diálogo a hipótese elaborada e os elementos históricos e teóricos apresentados na Parte II.

Como vimos na Parte I existe entre alguns pesquisadores do GESP uma hipótese explicativa para o mundo contemporâneo que tem o urbano como seu centro. A hipótese foi assim resumida na Parte I: o espaço, especialmente o espaço urbano, cumpre um novo papel na acumulação capitalista. O novo conteúdo da urbanização contemporânea se deve ao fato de a acumulação realizar-se sob a forma financeira e preferencialmente através da reprodução do espaço urbano. A incorporação de novas produções, como a do espaço urbano, seriam a saída do capital para sua crise de sobreacumulação. Sendo assim, a própria cidade se torna um negócio e não se resume mais a um lugar dos negócios, ou um lugar que concentra atividades econômicas. Isto faz com que o espaço urbano seja o elemento central da problemática do mundo moderno.

Na Parte II pudemos identificar algumas raízes teóricas e históricas da formulação da hipótese. A “cidade como negócio” possui uma relação direta com as elaborações de Lefebvre sobre a cidade e o urbano. A ideia de “cidade como valor de troca” e a passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana estão na base desta formulação, que é enriquecida sobretudo com as discussões sobre a financeirização, o mercado imobiliário e um novo papel da produção do espaço urbano no processo de acumulação.

Veremos agora como o processo histórico de mundialização do capital, especialmente após os anos 1970 coloca novas questões para a hipótese. Como desdobramento desta abordagem surgem questões acerca da relação entre o capitalismo e a urbanização e o papel da renda no capitalismo contemporâneo.

CAPÍTULO 6 – UM NOVO OLHAR SOBRE A HIPÓTESE

6.1 A base lefebvriana

A conclusão deste trabalho propõe recolocar a discussão feita por Henri Lefebvre em torno do ponto crítico (a passagem da sociedade industrial à sociedade urbana) a partir da hipótese da *cidade como negócio*, elaborada por pesquisadores do GESP, em debate com autores como David Harvey e François Chesnais.

Como vimos, Lefebvre vê na década de 1970 uma transição entre a sociedade industrial e a sociedade urbana, a urbanização completa da sociedade. É muito importante para compreender sua elaboração observar que se trata de um movimento profundamente contraditório e repleto de nuances.

A discussão que faremos aqui procura rever este momento algumas décadas depois. As elaborações dos pesquisadores do GESP em torno da *cidade como negócio* acrescentam alguns elementos fundamentais como forma de atualizar a discussão em torno do urbano no capitalismo contemporâneo, o que Ana Fani A. Carlos (2015a) chama de uma revisão teórica sobre o tema.

6.2 Atualizações da hipótese da *cidade como negócio*: a financeirização e mercado imobiliário

A revisão teórica realizada pelos pesquisadores do GESP procura analisar a produção contemporânea do espaço urbano no movimento da mundialização financeira e das transformações no setor imobiliário e na propriedade privada do solo (Carlos, 2015a). A mundialização financeira teria representado uma mudança de qualidade na economia, no trabalho e na própria urbanização (2015a).

Entre as elaborações que compõem a hipótese, observamos argumentos que defendem que o processo de urbanização estaria no centro daquilo que é reconhecido como mundial, o que permitiria compor uma teoria da globalização particular (Santos, 2017). A passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana, “portadora de uma inteligibilidade e de demandas renovadas” (Santos,

2017, p.636) traria elementos para contribuir com o debate acerca das classes sociais.

Todos estes elementos fazem parte de uma caracterização de que vivemos um novo padrão de acumulação, mundializado e financeirizado, que tem na reestruturação produtiva e na desregulamentação financeira seus processos centrais (Alvarez, 2010). O papel destacado para o capital fictício e a nova localização das unidades produtivas fundamentada nas possibilidades de rendimentos acrescentam novos elementos à realidade (Alvarez, 2010).

Neste momento histórico o setor imobiliário seria o setor de maior destaque na superação da crise de acumulação, além de ter uma relação estreita com as crises geradas por novas bolhas especulativas após a década de 1990 (Santos, 2006). Cesar R. Simoni Santos, neste sentido, destaca que o ramo de incorporações seria o que geraria os maiores lucros nos segmentos produtivos, com destaque para os IPOs (Santos, 2015).

Portanto, podemos identificar uma consonância entre as elaborações do grupo, os estudos acerca da mundialização financeira de Chesnais e as contribuições atuais de David Harvey.

Entretanto, os novos elementos trazidos pelo grupo nos colocam diante de uma questão: qual o impacto da mundialização financeira e do desenvolvimento diferenciado do mercado imobiliário sobre a hipótese lefebvriana da passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana?

Um dos pontos centrais, que permeiam a hipótese da *cidade como negócio*, tem como base a elaboração de Lefebvre acerca da cidade como valor de troca. Lefebvre pontua a industrialização como um marco fundamental das grandes transformações da cidade.

Para aprofundar esse tema será preciso voltar a alguns elementos que antecederam à industrialização e avançar a outros que se sucederam a ela, sobretudo após a década de 1970. Veremos que esse movimento permite um olhar sobre o todo que nos possibilita ressignificar o papel do solo urbano no capitalismo.

6.3 Diálogos possíveis com a hipótese da *cidade como negócio*

A seguir serão apresentados alguns elementos que podem abrir um diálogo entre os pesquisadores do GESP e outras tradições do pensamento crítico desenvolvidas ao longo do trabalho. Três pontos serão desenvolvidos neste sentido: a transformação da terra em propriedade privada, a terra no capitalismo contemporâneo e o mercado imobiliário.

6.3.1 A transformação da terra em propriedade privada

Um retorno ao surgimento do capitalismo e à chamada acumulação primitiva nos permite afirmar que a propriedade privada da terra está na base não apenas da formação do modo de produção capitalista, mas de uma série de processos ligados à acumulação que se interpõem no caminho de realização da sociedade urbana. Sem dúvida, o processo de industrialização representou o maior salto nesse sentido, entretanto, sua base já se encontrava nas consequências proporcionadas pela transformação da terra em elemento comercial entre os séculos XVI e XVIII, sobretudo na Inglaterra (Marx, 2013).

É preciso dar atenção especial aos argumentos de Marx (2013) para explicar o processo de surgimento do capitalismo. A expropriação de terras como base de todo o processo e sua transformação em artigo comercial são o ponto central do desenvolvimento histórico do capitalismo. E a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, que gera uma enorme oferta de trabalhadores livres vindos do campo, é uma consequência primordial nesse sentido (Marx, 2013). Temos aqui a terra como um dos elementos fundamentais da formação das classes essenciais do capitalismo.

Harvey (1990) destaca que a terra representa um aspecto fundamental para a reprodução da relação de classe entre burgueses e assalariados. O monopólio da propriedade territorial seria, além de uma premissa histórica, uma base constante para o capitalismo (Harvey, 1990). Em *El nuevo imperialismo* (2004), Harvey defende que este elemento de reprodução se desenvolveu durante toda a história do capitalismo e ganhou contornos particulares após os anos 1970.

Do ponto de vista histórico, além destas considerações sobre o papel da terra no processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, é preciso considerar o período no qual Lefebvre estava inserido.

6.3.2 A terra no capitalismo contemporâneo: um bem financeiro?

Particularmente a terra como mercadoria se torna um elemento especial nesta discussão devido a algumas de suas características fundamentais. Para Harvey (1990) o mercado de terras pode ser considerado um ramo particular da circulação do capital portador de juros. Para o autor, o elemento especulativo está sempre presente no mercado de terras (Harvey, 1990).

A característica fundamental da terra como um bem financeiro puro, ou como um capital fictício (Harvey, 1990) merece nossa atenção. O capital fictício ganha uma importância distinta no capitalismo após a década de 1970, e é possível atribuir parte desse fenômeno à terra. O processo de financeirização, ou a etapa final da mundialização do capital, encontrou no mercado imobiliário, um impulso especial, em grande parte devido à propensão para assumir a forma ou absorver capitais ou investimentos de natureza fictícia, especulativa. Este argumento não pode ser identificado claramente nem na hipótese da *cidade como negócio* nem na hipótese lefebvriana.

Para Harvey (1990), a teoria da renda de Marx, vista do ponto de vista da teoria do valor, é capaz de explicar o caso particular da terra como uma mercadoria. Por não ser produto do trabalho a terra não tem valor, o que ocorre é que sobre ela se produzem objetos como os imóveis, as infraestruturas e os meios de transporte, que são produto do trabalho e possuem valor. Quando se compra um imóvel, esses dois elementos estão presentes na formação do preço. Devido a isso, uma associação entre valor e renda bastante complexa se faz necessária para explicar esse fenômeno.

Para Harvey (1990), a apropriação da renda e a existência da propriedade privada da terra são condições necessárias de perpetuação do capitalismo, o que coloca este tema em uma posição central para compreender a configuração do capitalismo contemporâneo e sua crise:

Se o aluguel e o valor da terra são as categorias teóricas pelas quais a Economia Política integra a Geografia, o espaço e a relação com a natureza para a compreensão do capitalismo, então não são categorias residuais ou secundárias dentro da teoria de como o capitalismo opera. [...] no caso dos juros e créditos, a renda tem de ser trazida para a linha de frente da análise, e não ser tratada como uma categoria derivada da distribuição, como acontece nas teorias econômicas marxistas e convencionais. Só assim podemos juntar o entendimento da produção do espaço e da geografia em curso com a circulação e a acumulação do capital, e colocá-las em relação com os processos de formação de crises, aos quais tão claramente pertencem (Harvey, 2011, p.150).

Leda Paulani, por outro caminho, apresenta um panorama do debate em torno da Renda que também coloca o tema com centralidade na compreensão da configuração do capitalismo atual e de sua crise:

No prefácio de *Limits to Capital* que escreve para a reedição de 2006 (a obra original é de 1982), Harvey afirma que, muito longe da eutanásia do *rentier* que Keynes vislumbrou, o poder das classes burguesas está crescentemente articulado em torno a pagamentos de rendas, sejam elas provenientes da exploração de recursos naturais, da criação de monopólios, da existência de diferenciais de produtividade, ou das mais diferentes formas de *rent seeking* (2006/1982, p.XVI). A definição de finança (no singular) que adotam Duménil e Lévy joga água no mesmo moinho. Para eles, ela pode ser definida como “o conjunto formado pelas frações superiores da classe capitalista mais as instituições financeiras, entendidas como encarnações e agentes do poder dessas frações”, sendo que a característica principal que tem o capital para esta burguesia é sua materialização na posse de títulos, ações e direitos creditícios, ou seja, ativos financeiros com direito a renda de variados tipos (2010, pp. 187-189). Outros autores como Prado (2005), Chesnais (2010) e Husson (2010) vão em direção similar. Em seu conjunto, essas considerações indicam a presença, no capitalismo de hoje, de um fortíssimo traço rentista, rentismo esse que é agora constitutivo do processo de acumulação, e não um “pecado contra a acumulação”, como chegou a ser interpretado pela economia Política quando de seu nascimento (Paulani, 2016, p.526).

Segundo entrevista com a professora Leda Paulani, o rentismo, juntamente com a financeirização, estariam no cerne da acumulação contemporânea. É possível encontrar uma convergência entre as elaborações de autores como David Harvey e François Chesnais no que diz respeito ao papel

que a Renda cumpre no capitalismo contemporâneo. A Teoria da Renda de Marx, portanto, estaria na base da compreensão do mundo contemporâneo:

[...] se quiséssemos definir de modo sumário o regime de acumulação contemporâneo, que arrasta consigo seu modo específico de regulação, talvez pudéssemos dizer que se trata de um capitalismo dominado pela finança, onde a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que da produção e propriedade que é cada vez mais de capital fictício do que de meios de produção, um capitalismo, portanto, essencialmente rentista, onde o capital cada vez mais tem por argumento nomes, ao invés de terrenos e aparatos produtivos, enquanto os meios de produção revelam a importância cada vez maior dos ativos intangíveis, ao invés do trabalho vivo e do trabalho morto. Já que a mão de obra e as máquinas parecem estar sendo cada vez mais deslocadas pelo conhecimento e pela informação, já que os capitais associam-se em holdings cada vez mais afastadas do chão da produção, já que os capitalistas são cada vez mais difusos grupos de investidores associados em fundos, consórcios e *private equitys*, já que os principais ativos das empresas são imagens, marcas e patentes, parece que o capital terceirizou a exploração, delegou a outrem o trabalho de comandar a expropriação, deixou de lado o lucro e instalou-se confortavelmente nos espaços sociais que lhe garantem ganhos. Seus rendimentos agora não têm nada que ver com a atividade de explorar e ser explorado, eles são “direitos” que a propriedade lhe confere. Diante disso, não há espantar em que o fim do trabalho tenha sido decretado (Paulani, 2016, p.533-534).

Isto não significa que a esfera de produção do valor seja descartável, ou que a quantidade de trabalho e seu tempo de duração não sejam o fundamento do cálculo da riqueza. Como podemos ver, uma análise da Teoria da Renda permite compreender a relação entre a esfera da criação de valor e outras esferas do capitalismo:

A importância de resgatar a teoria da renda de Marx está em mostrar que o fundamento de vários dos fenômenos que têm caracterizado a etapa atual do capitalismo está no mesmo lugar onde sempre esteve: o velho e conhecido trabalho não pago, por mais que o conhecimento de fato tenha crescido de importância no processo produtivo, por mais que as marcas e patentes venham pontificando ante os ativos convencionais, por mais que a finança pareça dispensar a produção efetiva. Ainda que seja impossível compreender a forma contemporânea de operar do capital, sem atentar para esses fenômenos é preciso observar que todos esses são traços distintivos desse modo de produção:

é parte constitutiva de seu funcionamento o aprimoramento do conhecimento, da técnica e da ciência, empurrados que são pelas exigências da concorrência; é sua tendência imanente a fuga das normas de regulação socialmente postas, a libertação dos torniquetes impostos pela concorrência, que as prerrogativas monopólicas propiciam; finalmente, é tendência natural do sistema, em condições normais, que a finança vá assumindo o controle, mais liberta que é perante a acumulação produtiva, dos entraves e estorvos representados pela necessidade de fixar o capital material e de extrair valor excedente de uma força que é viva, quer autonomia, tem direitos e se rebela. Se agora há uma diferença é de grau mais do que de substância, ou, em outras palavras, trata-se de uma situação que o funcionamento normal do capitalismo produziria de qualquer jeito. A transferência cada vez mais acentuada da produção para a propriedade enquanto base de justificação da remuneração do capital é apenas a forma mais adequada, do ponto de vista da configuração dos rendimentos, de dar conta desta etapa avançada do capitalismo (Paulani, 2016, p.533-534).

6.3.3 Mercado imobiliário e capitalismo contemporâneo

Alguns estudos recentes de François Chesnais e David Harvey nos permitem observar a confluência de algumas características particulares da terra e do mercado imobiliário na crise contemporânea. O favorecimento da proliferação do capital fictício, a dominância do capital portador de juros e a extração de elevadas rendas coloca o mercado imobiliário em um papel de destaque contemporâneo, particularmente no epicentro das crises

Para Chesnais, os empréstimos concedidos aos empreendedores imobiliários nas crises dos anos 1990 representam “formas de capital fictício nas quais o ‘ficcionalismo’ era particularmente elevado” (Chesnais, 2010, p.172). O caráter fictício do mercado imobiliário se configura em um ponto crucial da acumulação contemporânea e das crises financeiras.

Destaca-se no caso norte-americano, o crédito imobiliário, que gerou endividamento de uma série de famílias (Chesnais, 2010). “Uma bolha se formou em torno de uma nova forma de capital fictício, a ilusão de um capital recebido, desta vez pela ‘classe média’, sob a forma de casas de periferias típicas do urbanismo residencial dos Estados Unidos, e para os afortunados, a especulação sobre as residências de luxo em Miami ou em outros lugares” (Chesnais, 2010, p.176-177).

Os estudos de Harvey sobre a crise de 2007-2008 em *O enigma do capital* e *Cidades rebeldes* sugerem que a crise da década de 1970, assim como muitas outras, tem origem no mercado imobiliário. Crises importantes como a do Japão após o *boom* dos anos 1980 e a queda vertiginosa dos preços do solo, a do mundo subdesenvolvido também na década de 1980 e dos países nórdicos além da crise imobiliária de Nova York de 1973 seriam expressões disso (Harvey, 2011). Sua gênese está no desenvolvimento urbano e no mercado da propriedade imobiliária:

A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. Originou-se em um *crash* do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais (como o de Nova York, que foi à falência técnica em 1975, antes de ser finalmente socorrido), mas também as finanças do Estado de modo mais geral. O *boom* japonês da década de 1980 terminou em um colapso do mercado de ações e preços da terra em queda (ainda em curso). O sistema bancário sueco teve de ser nacionalizado em 1992, em meio a uma crise nórdica que também afetou a Noruega e a Finlândia, causada por excessos nos mercados imobiliários. Um dos gatilhos para o colapso no Leste e Sudeste Asiático de 1997 a 1998 foi o desenvolvimento urbano excessivo, alimentado por um influxo de capital especulativo estrangeiro, na Tailândia, em Hong Kong, na Indonésia, na Coreia do Sul e nas Filipinas. E as crises prolongadas nas poupanças e no crédito ligados ao setor imobiliário comercial nos Estados Unidos de 1984 a 1992 levaram mais de 1.400 companhias de poupança e empréstimo e 1.860 bancos a fechar as portas, com um custo de cerca de 200 bilhões de dólares para os contribuintes do país (uma situação que preocupou tanto William Isaacs, então presidente da Federal Deposit Insurance Corporation, que, em 1987, ele ameaçou a Associação dos Banqueiros Estadunidenses com a nacionalização dos bancos, a menos que eles retomassem o rumo correto). Crises associadas a problemas nos mercados imobiliários tendem a ser mais duradouras do que as crises curtas e agudas que, às vezes, abalam os mercados de ações e os bancos diretamente. Isso porque [...] os investimentos no espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado: quando o excesso de investimento é enfim revelado (como aconteceu recentemente em Dubai), o caos financeiro que leva muitos anos a ser produzido leva muitos anos para se desfazer (Harvey, 2011, 32).

6.4 Um novo olhar sobre a *cidade como negócio* e o ponto crítico

O desenvolvimento deste trabalho permite considerar que o processo de mundialização do capital, como formulou Chesnais, só se completou na década de 1990. A tendência para se formar um mercado mundial, considerado por Marx algo mais do que a conexão entre mercado interno e os outros mercados, como uma espécie de “mercado interno de todos os países” (Marx, K. In: Chesnais, 2010, p.97) só se transforma em realidade na passagem do século XX para o século XXI.

Esta mundialização do capital como um processo de expansão espacial já estava implícita nas características do próprio dinheiro. “El dinero permite que se separen las ventas de las compras en el espacio y en el tiempo. Las restricciones del trueque se pueden superar porque un agente económico puede vender una mercancía por dinero en un lugar y en un momento, y usar el dinero para comprar una mercancía de equivalente valor en otro lugar y en un momento subsecuente” (Harvey, 1990, p.250). O dinheiro necessariamente permite relações de mobilidade entre espaços distintos de natureza diferente daquelas que ocorrem em sociedades não monetarizadas.

Apesar disso, foi somente após a década de 1970 que as transformações nas tecnologias da informação e transporte permitiram uma rápida, e praticamente sem obstáculos, mobilidade planetária do capital. Para Chesnais “é de sua abstração que o capital puxa para si a fluidez e a mobilidade que lhe permite se mover de modo planetário” (Chesnais, 2010, p.109), e esse fenômeno ganha projeção sobretudo após a desvinculação entre o ouro e o dólar com o fim do Acordo de Bretton Woods e a série de desregulamentações financeiras que se seguiu nas décadas posteriores.

Em certa medida, o afastamento das grandes indústrias dos tradicionais centros urbanos, como as metrópoles, pôde ser utilizado por alguns autores como argumento para justificar uma sociedade pós-industrial, questionando inclusive a teoria do valor. Em muitos casos o termo “desindustrialização” chegou a ser utilizado para explicar a transferência de plantas industriais de diversas partes do mundo para países do Sudeste Asiático, sobretudo a China.

Entretanto, essa mobilidade pode ser compreendida como um fortalecimento do capital (ao mesmo tempo que produto de uma crise) que agora

pode mover-se pelo mundo de forma a buscar uma maior rentabilidade, em geral associada a salários baixos, liberdades democráticas restritas e direitos trabalhistas escassos¹⁴.

Para Žižek (2018), a questão não é afirmar que “*ainda hoje* a crítica da economia política de Marx, seu raio x das dinâmicas do capital, permanece totalmente atual, [...] [e sim] que é *apenas hoje*, com o capitalismo global, que, Marx atingiu sua plena atualidade”. Sobretudo as discussões, ainda que incompletas, propostas nos Livros II e III de *O capital*, em geral esquecidas durante boa parte do século XX, ganham um novo sentido.

Se é possível ter uma compreensão comum de que o processo de mundialização do capital se completa de fato na passagem do século XX para o século XXI, como avaliar o ponto crítico?

A mundialização do capital e o processo de ascensão do capital portador de juros ao comando do capitalismo mundial não alteram profundamente o signo da passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana?

A hipótese da *cidade como negócio* avaliada a partir de uma atualização da discussão feita por Lefebvre em torno do ponto crítico como passagem da sociedade industrial para a sociedade urbana nos coloca diante de novas necessidades. Este movimento, que já traz uma abertura importante para a consideração dos processos contemporâneos no que diz respeito a uma compreensão do chamado ponto crítico, acolhe também com facilidade as novas frentes de diálogo abertas por outras vertentes do pensamento crítico.

É possível afirmar que a constituição da sociedade urbana se inicia ainda antes do século XVIII, tendo a industrialização como ponto de mudança de qualidade, ganha novos conteúdos na década de 1990, ou seja: o processo de financeirização seria mais um momento privilegiado na trajetória da constituição da sociedade urbana.

O raciocínio aqui desenvolvido permite considerar que o que vimos a partir dos anos 1970 não teria sido, desta forma, a passagem da sociedade industrial

¹⁴ No sentido relativo, o termo “desindustrialização” pode de fato ser um conceito satisfatório para contribuir na compreensão da crise contemporânea. Porém, para alguns isto significou uma perda de importância da produção industrial no mundo contemporâneo, como se a informação, os serviços e as finanças pudessem substituir a esfera da produção de valor. Entretanto, é importante ressaltar que este argumento não esteve presente nem na hipótese lefebvriana nem nas formulações mais recentes da hipótese da *cidade como negócio*.

para a sociedade urbana, mas a entrada na fase final do processo de mundialização do capital que constitui mais um momento dessa transição.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. *A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação*. In: CARLOS, A. F.A; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.A.P (Org.). *A cidade como negócio*. 1ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2015, v.2 p.65-79.

_____. *Projetos urbanos: alianças e conflitos na reprodução da metrópole*. In: *Simpósio Ibero Americano*. Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas, 2010, São Carlos. Anais do SILACC 2010. Simpósio Ibero Americano. Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas. São Carlos: 2010.

_____. *A plasticidade da metrópole de São Paulo: reprodução do espaço, financeirização e propriedade da terra*. *Cidades* (Presidente Prudente), v. 11, n.19, p. 268-295, 2014.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.

_____. *A crise da crise do marxismo*. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *Introdução*. In: Anderson, Perry. CAMILLER, Patrick. org. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. *Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil*. *Revista Idéias Campinas* 9(2)/10(1): 13-24, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A tragédia Urbana*. In: Ana Fani Alessandri carlos, Danilo Volochko, Isabel Pinto Alvarez. (Org.). *A cidade como negócio*. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2015b, v. , p. 43-64.

_____. *A condição espacial*. São Paulo Contexto, 2011.

_____. *Reflexões sobre o espaço geográfico*. São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 1986.

CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. A. P. *Introdução*. In: Ana Fani Alessandri Carlos, Danilo Volochko, Isabel Pinto Alvarez. (Org.). *A Cidade como Negócio*. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 7-12.

CARVALHO, Fernando Cardim de. *Bretton Woods aos 60 anos*. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº70, 2004.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

_____. *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998.

_____. *Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica*. In: Chesnais, F. (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998b.

_____. *O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: _____ (org.) *Finança Mundializada*. São Paulo. Boitempo, 2005.

_____. *A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital*. In: Chesnais, F. et alii, *Finança Capitalista*. São Paulo, Alameda Editorial, 2010.

_____. *A “nova economia”*. In: _____. et al *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p.35-41, jul./set., 1992.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Na busca das favelas o encontrô do “peão” que permanece*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1985.

_____. *La urbanización crítica en la metrópoli de São paulo, a partir de fundamentos de la geografía urbana*. Revista de Geografía Norte Grande, 46: 29-43 (2010) Artículos.

_____. *A produção do espaço urbano e a propriedade privada da terra*. Revista Continentes, v. 9, ano 5, p. 12-24, 2016.

DUMÊNIL, G. & LEVY, D. *A Finança Capitalista: relações de produção e relações de classe*. In: Chesnais, F. et alii, *Finança Capitalista*. São Paulo, Alameda Editorial, 2010.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital*. São Paulo, Editora 34, 2000.

FREHSE, Fraya. *Tempos no corpo: contribuições do Método Lefebvriano para a Pesquisa urbana (Latino-americana)*. Estudos de Sociologia, Recife, 2015, vol.1, n.21.

FREHSE, Fraya. *Potencialidades do método regressivo-progressivo. Pensar a cidade, pensar a história.* Tempo Social, Revista Sociologia USP, São Paulo, 13 (2): 169-184, novembro de 2001.

GREGORY, Derek (ed.) et al... *The dictionary of Human Geography.* 5.ed. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2009.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna.* São Paulo, Edições Loyola, 1992.

_____. *El Nuevo Imperialismo.* Madrid: Édiciones Akal, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço.* Annablume, São Paulo, 2005.

_____. *O enigma do capital.* São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista.* México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

_____. *Para entender o capital. Livro I.* Boitempo Editorial, São Paulo, 2014a.

_____. *Para entender o capital. Livros II e III.* Boitempo Editorial, São Paulo, 2014b.

HOBSBAWM, Eric. *O Marxismo hoje: um balanço aberto.* In: História do Marxismo v.XI pt.1. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *O marxismo em recessão, 1983-2000.* In: _____. Como mudar o mundo. São Paulo: Editora Schwarcz, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção.* Publicações Escorpião, Porto, 1973.

_____. *O direito à cidade.* Centauro Editora, São Paulo, 2011.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Editora Ática, São Paulo, 1991a.

_____. *A revolução urbana*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1991b.

_____. *Lógica formal, lógica dialética*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1991c.

_____. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sergio Martins (do original > La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006. Disponível em http://minhateca.com.br/niltonvarela/Documentos/Ebooks/Hist%C3%B3ria+-+Teoria+e+Historiografia/LEFEBVRE*2c+Henri.+A+produ%C3%A7%C3%A3o+do+espa%C3%A7o,1326516.pdf Acesso em: 18/11/2014.

_____. *El materialismo histórico*. El Aleph, 1999. Disponível em www.elaleph.com. Acesso em: 20/11/2014.

_____. *Problemas de sociologia rural*. In: De lo rural a lo urbano. 4.ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978 [1949].

_____. *Perspectivas de la sociologia rural*. In: De lo rural a lo urbano. 4.ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978 [1953].

_____. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1991 [1969].

LENCIONI, Sandra. *A reestruturação da indústria têxtil no Estado de São Paulo*. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v.10, p.79-90, 1996.

_____. *Linhas de pesquisa da pós-graduação em Geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas*. Revista da ANPEGE, v.9, n.11, p.5-9, jan./jul. 2013.

MARTINS, José de Souza. *A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo*. 35ª Reunião Anual da Anpocs. MR-17 – Vinte anos sem Henri Lefebvre, Caxambu, 2011

_____. *As temporalidades da história na dialética de Lefebvre*. In: Martins, J. S. (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

_____. *O Capital*, Livro III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. *Introdução*. In: *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. *A teoria do conhecimento do empiro-criticismo e do materialismo dialético. Materialismo militante (terceira carta)*. Seleção de textos. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Rio de Janeiro: AGB, 1986.

_____. *Assim se passaram dez anos (A renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988)*. *Geographia*, Niterói, ano II, n. 3, 2000.

_____. *Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação*. *Geographia*, Niterói, v.4, n.7, p.27-37, 2002.

MOSELEY, Fred. *Introduction*. In: _____ (org). *Marx's Theory of Money*. New York, Palgrave Macmillan, 2005.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia Urbana*. In: GODOY, Paulo R. Teixeira (org). *História do Pensamento Geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ORTIGOZA, Silva Aparecida Guarnieri. PINTAUDI, Silvana Maria. *O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista*. In: GERARDI, Lúcia Helena de O. MENDES, Iandara Alves (org). *Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas*.

PAULANI, Leda M. *Seguridade Social, Regimes Previdenciários e Padrão de Acumulação: uma nota teórica e uma observação sobre o Brasil*. In: Fagnani, E. et alii. *Previdência social: como incluir os excluídos*. São Paulo, LTR, 2008.

_____. *A Autonomização das Formas Verdadeiras Sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*. In: *Anais do 37º Encontro da ANPEC, 2009*.

_____. *Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo*. *Revista de Economia Política*, v.36, n.3 (144), pp.514-535, julho-setembro/ 2016.

SANTOS, César R. Simoni. *Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço*. *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 3, p. 101-122, n. 2006.

_____. *Do lugar do negócio à cidade como negócio*. In: Carlos; Alvarez; Volochko (Org.). *A Cidade Como Negócio*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2015, v.1 p.13-42.

_____. *Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica*. *ECONOMÍA, SOCIEDAD Y TERRITORIO*, v. XVII, p. 619-646, n. 2017.

SANTOS, Milton. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUVIAT, Catherine. *Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário*. In:(org.) *Finança Mundializada*. São Paulo. Boitempo, 2005.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. *A muralha que cerca o mar*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *Da cidade à metrópole*. Geografares: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 5, p. 49-79, 2011.

_____. *Urbanização e Fragmentação: a natureza natural do mundo*. Revista do Departamento de Geografia Ufes, Vitória - ES, v. 1, n.1, p. 73-78, 2000.

SERFATI, Claude. *O Papel Ativo dos grupos Predominantemente Industriais na Financeirização da Economia*. In: Chesnais, François (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998.

SILVA, Armando Correia da. *A renovação geográfica no Brasil – 1976/ 1983 (as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica)*. Boletim Paulista de Geografia n.60, São Paulo, p.73-140, 1983.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ŽIŽEK, Slavoj. A atualidade de Marx. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/04/zizek-a-atualidade-de-marx/> acesso em 06/05/2018 às 9:50.